

DADOS GERAIS
EDITAL DE LICITAÇÃO – UC-G
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 178/2026 – UC-G
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90178/2026 – UC-G
REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2026**I. REGÊNCIA LEGAL**

Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Decreto Municipal nº. 035/2024, Decreto Municipal nº 065/2023, Decreto Municipal 080/2023, Decreto Municipal nº 009/2024

II. ÓRGÃO INTERESSADO / SETOR

PREFEITURA DE CARUARU / PROCESSO CORPORATIVO

III. a

Nº 178/2026

IV. MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90178/2026
SRP Nº 028/2026

V. OBJETO

Constitui objeto do presente edital o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE ARTIGOS TÊXTEIS, ITENS DE ENXOVAL INSTITUCIONAL E MATERIAIS DE USO DOMÉSTICO**, destinados ao atendimento das demandas do Fundo Municipal de Saúde/Secretaria Municipal de Saúde – SMS, do Fundo Municipal de Assistência Social/Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome – SAS e da Secretaria de Educação e Esportes – SEDUC, no âmbito da Prefeitura Municipal de Caruaru (PMC), pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações, exigências e quantidades constantes do Termo de Referência, que segue em anexo a este Edital.

VI. MODO DE DISPUTA

A disputa dar-se-á pelo modo **ABERTO** e os lances deverão respeitar o **INTERVALO MÍNIMO** de 1,0% (UM POR CENTO).

VII. TIPO / CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO (PREÇO UNITÁRIO) POR ITEM

VIII. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ARP

12 MESES

IX. INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:

ANEXOS	I	Termo de Referência;
	II	Modelo de Proposta de preços;
	III	Modelo de Declarações;
	IV	Minuta de ARP; e
	V	Minuta de Contrato.

X. SOLICITAÇÃO/ACESSO AO EDITAL

Na sala da Unidade de Contratação - G (UC-G), no endereço citado abaixo, no horário das 08h00min às 14h00min, ou por meio de solicitação através do e-mail: ucg.caruaru@gmail.com, na INTERNET, acessando o Portal da Transparência da PMC (<https://caruaru.pe.gov.br/portal-da-transparencia/>) acessando a plataforma Aviso de Licitações (<https://avisosdelicitacoes.caruaru.pe.gov.br/>) ou ainda através da Plataforma de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

XI. DADOS PARA CONTATO

Agente de Contratação/Pregoeira: Gilson D'angelo de Queiroz Rodrigues

E-mail: ucg.caruaru@gmail.com

Endereço: Centro Administrativo I, localizado na Rua Professor Lourival Vilanova, nº 118 – Universitário, Caruaru/PE, CEP: 55.016-745.

Fone: (81) 9.8384-5665

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 178/2026 – UC-G PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90178/2026 – UC-G SRP Nº 028/2026 – UC-G SUMÁRIO	
ITEM	ASSUNTO
01.00	PREÂMBULO
02.00	OBJETO DA LICITAÇÃO
03.00	DO VALOR ORÇADO (MÁXIMO ADMITIDO)
04.00	DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
05.00	DOS COMPONENTES DESTE EDITAL
06.00	DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME
07.00	DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO
08.00	DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006)
09.00	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO
10.00	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
11.00	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
12.00	DA NEGOCIAÇÃO
13.00	DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA
14.00	DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
15.00	DA AMOSTRA
16.00	DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO
17.00	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
18.00	DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
19.00	DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
20.00	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
21.00	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
22.00	DO CONTRATO
23.00	DO PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
24.00	DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA
25.00	DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
26.00	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
27.00	DA SUBCONTRATAÇÃO
28.00	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
29.00	DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO
30.00	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90178/2026 – UC-G**1. PREÂMBULO**

1.1. O **MUNICÍPIO DE CARUARU/PE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 10.091.536/0001-13, com sede na Praça Senador Teotônio Vilela, s/n – Nossa Senhora das Dores, Caruaru/PE, por ordem de seu Exmo. Sra. Secretária de Administração, através de seu **Agente de Contratação/Pregoeiro** da UC/G, designado através da Portaria GP Nº 0933/2026, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes, a fim de atender à solicitação da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES - SEDUC**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a contratação indicada no item 2 deste Edital, sendo realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação (internet).

1.2. A licitação observará o local e horários a seguir:

LOCAIS, DATAS, HORÁRIOS E REFERÊNCIA DE TEMPO

LOCAL DO PREGÃO	www.gov.br/compras/pt-br UASG:982381
DATA LIMITE para recebimento das propostas	16/06/2026 às 09h00min (horário de Brasília - DF)
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	16/06/2026 às 09h00min (horário de Brasília - DF)
REFERÊNCIA DE TEMPO	HORÁRIO DE BRASÍLIA

OBSERVAÇÃO:

ESTA LICITAÇÃO NÃO ESTÁ RESERVADA EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP).

A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL PODERÁ, A QUALQUER TEMPO E A SEU CRITÉRIO EXCLUSIVO, REALIZAR VISITA *IN LOCO*, INSPEÇÃO OU MEDIDA EQUIVALENTE PERANTE À(S) LICITANTE(S) E/OU CONTRATADA(S), VISANDO COMPROVAR AS INSTALAÇÕES FÍSICAS, MAQUINÁRIOS/EQUIPAMENTOS OU SITUAÇÃO CONCRETA DA(S) LICITANTE(S) E/OU CONTRATADA(S).

1.3. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante Condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.4. Os trabalhos serão conduzidos por servidor, denominado **Agente de Contratação/Pregoeiro**, habilitado e designado por Portaria, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica do **Portal de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV** (www.gov.br/compras/pt-br).

1.5. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao **Agente de Contratação/Pregoeiro** informar, através do Sistema, a data e horário para retomada do pregão com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

1.6. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário oficial de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. Constitui objeto do presente Pregão Eletrônico o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE ARTIGOS TÊXTEIS, ITENS DE ENXOVAL INSTITUCIONAL E MATERIAIS DE USO DOMÉSTICO**, destinados ao atendimento das demandas do Fundo Municipal de Saúde/Secretaria Municipal de Saúde – SMS, do Fundo Municipal de Assistência Social/Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome – SAS e da Secretaria de Educação e Esportes – SEDUC, no âmbito da Prefeitura Municipal de Caruaru (PMC), pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações, exigências e quantidades constantes do Termo de Referência, que segue em anexo a este Edital.

2.2. Os bens a serem adquiridos se classificam como bens de natureza comum, nos termos do XIII, do artigo 6º, da Lei 14.133/2021 e do art. 2º, incisos I e II do Decreto nº 065, de 29 de agosto de 2023.

2.3. As propostas deverão ser elaboradas considerando as descrições, quantitativos e valores máximos aceitáveis, observando-se o **VALOR UNITÁRIO POR ITEM**, conforme disposto na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
1	TOALHA DE BANHO ADULTO TAMANHO PADRÃO (70 CM X 140 CM)	UNIDADE	4.245	R\$ 24,89	R\$ 105.658,05	Ampla Concorrência
2	TOALHA DE BANHO ADULTO TAMANHO PADRÃO (70 CM X 140 CM)	UNIDADE	1.415	R\$ 24,89	R\$ 35.219,35	Cota Reservada para ME/EPP
3	TOALHA DE ROSTO TAMANHO PADRÃO (50 CM X 80 CM)	UNIDADE	660	R\$ 15,50	R\$ 10.230,00	Exclusivo para ME/EPP
4	LENÇOL SOLTEIRO COM ELÁSTICO TAMANHO PADRÃO (88 CM X 188 CM)	UNIDADE	660	R\$ 35,00	R\$ 23.100,00	Exclusivo para ME/EPP
5	LENÇOL SOLTEIRO PARA SE COBRIR TAMANHO PADRÃO (160 CM X 250 CM)	UNIDADE	4.995	R\$ 40,95	R\$ 204.545,25	Ampla Concorrência
6	LENÇOL SOLTEIRO PARA SE COBRIR TAMANHO PADRÃO (160 CM X 250 CM)	UNIDADE	1.665	R\$ 40,95	R\$ 68.181,75	Cota Reservada para ME/EPP
7	MANTA SOLTEIRO PARA SE COBRIR TAMANHO PADRÃO (150 CM X 220 CM)	UNIDADE	2.745	R\$ 63,88	R\$ 175.350,60	Ampla Concorrência
8	MANTA SOLTEIRO PARA SE COBRIR TAMANHO PADRÃO (150 CM X 220 CM)	UNIDADE	915	R\$ 63,88	R\$ 58.450,20	Cota Reservada para ME/EPP
9	TRAVESSEIRO TAMANHO PADRÃO (50 CM X 70 CM)	UNIDADE	660	R\$ 30,00	R\$ 19.800,00	Exclusivo para ME/EPP
10	FRONHAS TAMANHO PADRÃO (50 CM X 70 CM)	UNIDADE	660	R\$ 9,15	R\$ 6.039,00	Exclusivo para ME/EPP
11	PANO DE PRATO TAMANHO PADRÃO (45 CM X 65 CM)	UNIDADE	5.660	R\$ 4,01	R\$ 22.696,60	Exclusivo para ME/EPP
12	TOALHA ESCOLAR INFANTIL (35CM X 45 CM)	UNIDADE	180	R\$ 11,80	R\$ 2.124,00	Exclusivo para ME/EPP
13	TOALHA DE MESA 1,80 x 2,80 5% DE MARGEM PARA MAIS OU PARA MENOS.	UNIDADE	140	R\$ 41,00	R\$ 5.740,00	Exclusivo para ME/EPP
14	MANTA PARA SOFÁ TRÊS LUGARES.	UNIDADE	40	R\$ 108,00	R\$ 4.320,00	Exclusivo para ME/EPP
15	CAPA PROTETORA PARA COLCHÃO DE SOLTEIRO, NAPA.	UNIDADE	3.908	R\$ 58,46	R\$ 228.461,68	Ampla Concorrência
16	CAPA PROTETORA PARA COLCHÃO DE SOLTEIRO, NAPA.	UNIDADE	1.302	R\$ 58,46	R\$ 76.114,92	Cota Reservada para ME/EPP

17	LENÇOL PARA BERÇO COM ELÁSTICO.	UNIDADE	2.060	R\$ 20,24	R\$ 41.694,40	Exclusivo para ME/EPP
18	TRAVESSEIRO ANTISSUFOCANTE PARA BERÇO.	UNIDADE	30	R\$ 15,00	R\$ 450,00	Exclusivo para ME/EPP
19	TOALHA DE MESA EMPLÁSTICO TÉRMICO E FLANELÁVEL, TIPO MICA. QUADRADA 1,40 X 1,40.	UNIDADE	60	R\$ 42,50	R\$ 2.550,00	Exclusivo para ME/EPP
20	TAPETE SINTÉTICO ANTIDERRAPANTE PARA BANHEIRO.	UNIDADE	2.100	R\$ 19,65	R\$ 41.265,00	Exclusivo para ME/EPP
21	BOBINA BAIXA DE ALUMÍNIO PARA MÁQUINA RETA DE COSTURA INDUSTRIAL: ALTURA 0,75 CM. DIÂMETRO INTERNO 0,6 CM DIÂMETRO TOTAL: 2 CM	UNIDADE	60	R\$ 2,30	R\$ 138,00	Exclusivo para ME/EPP
22	FITILHO DECORATIVO 5MM X 50 M -(CORES VARIADAS)	UNIDADE	300	R\$ 2,19	R\$ 657,00	Exclusivo para ME/EPP
23	FITILHO DECORATIVO 5MM X 50 M -AMARELO	UNIDADE	30	R\$ 4,80	R\$ 144,00	Exclusivo para ME/EPP
24	FITILHO DECORATIVO 5MM X 50 M- AZUL	UNIDADE	30	R\$ 4,80	R\$ 144,00	Exclusivo para ME/EPP
25	FITILHO DECORATIVO 5MM X 50 M- BRANCO	UNIDADE	30	R\$ 4,80	R\$ 144,00	Exclusivo para ME/EPP
26	FITILHO DECORATIVO 5MM X 50 M- VERMELHO	UNIDADE	30	R\$ 4,80	R\$ 144,00	Exclusivo para ME/EPP
27	FITILHO DECORATIVO 5MM X 50 M-VERDE	UNIDADE	30	R\$ 4,80	R\$ 144,00	Exclusivo para ME/EPP
28	LINHA MEADA 8 METROS 100% ALGODÃO (CORES VARIADAS)	UNIDADE	180	R\$ 3,37	R\$ 606,60	Exclusivo para ME/EPP
29	LINHA MEADA 8 METROS 100% ALGODÃO COR BEGE	UNIDADE	30	R\$ 5,49	R\$ 164,70	Exclusivo para ME/EPP
30	LINHA MEADA 8 METROS 100% ALGODÃO COR BRANCO	UNIDADE	30	R\$ 5,49	R\$ 164,70	Exclusivo para ME/EPP
31	LINHA MEADA 8 METROS 100% ALGODÃO COR PRETO	UNIDADE	30	R\$ 5,49	R\$ 164,70	Exclusivo para ME/EPP
32	LINHA MEADA 8 METROS 100% ALGODÃO COR VERDE	UNIDADE	30	R\$ 5,49	R\$ 164,70	Exclusivo para ME/EPP
33	LINHA MEADA 8 METROS 100% ALGODÃO COR VERMELHO	UNIDADE	30	R\$ 5,49	R\$ 164,70	Exclusivo para ME/EPP
34	MALHA	KG	250	R\$ 50,56	R\$ 12.640,00	Exclusivo para ME/EPP
35	NOVELO DE LÃ – COR AVELÃ 100 GRAMAS; COMPRIMENTO DE 267 METROS E COMPOSIÇÃO 100% ACRÍLICO	UNIDADE	40	R\$ 12,99	R\$ 519,60	Exclusivo para ME/EPP
36	NOVELO DE LÃ DE VERMELHO 100 GRAMAS; COMPRIMENTO DE 267 METROS E COMPOSIÇÃO 100% ACRÍLICO	UNIDADE	40	R\$ 7,83	R\$ 313,20	Exclusivo para ME/EPP
37	NOVELO DE LÃ VERDE DE 100 GRAMAS; COMPRIMENTO DE 267 METROS E COMPOSIÇÃO 100% ACRÍLICO	UNIDADE	50	R\$ 7,83	R\$ 391,50	Exclusivo para ME/EPP

38	TECIDO ALGODÃO CRU,100% ALGODÃO, GRAMATURA 140/150G/M2, LARGURA 1,70M. COR A COMBINAR. PARA OS ITENS QUE NÃO ESPECIFICAM TOLERÂNCIA, ACEITÁVEL VARIAÇÃO DE DIMENSÕES EM 5%.	UNIDADE	250	R\$ 7,83	R\$ 1.957,50	Exclusivo para ME/EPP
39	TECIDO DE ALGODÃO CHITÃO	UNIDADE	60	R\$ 11,79	R\$ 707,40	Exclusivo para ME/EPP
40	TESOURA GRANDE 21,5CM LÂMINA EM AÇO INOX; PARA COSTURA	UNIDADE	40	R\$ 4,34	R\$ 173,60	Exclusivo para ME/EPP
41	TINTA GUACHE 6 CORES (250ML)	UNIDADE	10	R\$ 3,01	R\$ 30,10	Exclusivo para ME/EPP
42	ZÍPER FECHO PARA CONFECÇÃO -EM NYLON, TAMANHO N.08	UNIDADE	1.000	R\$ 2,80	R\$ 2.800,00	Exclusivo para ME/EPP
43	ELASTICO 3cm	UNIDADE/ROLO	20	R\$ 20,07	R\$ 401,40	Exclusivo para ME/EPP
44	CAIXA DE BOBINA DE BAIXA INDUSTRIAL	UNIDADE	50	R\$ 12,71	R\$ 635,50	Exclusivo para ME/EPP
45	AGULHA DPx 5x 134R/14x90	UNIDADE	100	R\$ 1,77	R\$ 177,00	Exclusivo para ME/EPP
46	AGULHA GALONEIRA PONTA BOLA 14x90	UNIDADE	50	R\$ 13,50	R\$ 675,00	Exclusivo para ME/EPP
47	AGULHA OVERLOQUE PONTA BOLA 14x90 DC 27B	UNIDADE	50	R\$ 18,48	R\$ 924,00	Exclusivo para ME/EPP
48	AGULHA P/ MÁQUINA DE ELÁSTICO UOXx113Gs UY113 GS 14x90	UNIDADE	30	R\$ 11,70	R\$ 351,00	Exclusivo para ME/EPP
49	ALGODÃO HIDRÓFILO - COR BRANCA, INODORO, NÃO ESTÉRIL, EM ROLO, PESO 500G, EMBALAGEM INDIVIDUAL. APRESENTARREGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	PACT	3.600	R\$ 15,76	R\$ 56.736,00	Exclusivo para ME/EPP
50	CAMISETA MALHA FRIA (PV – 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE) - INFANTIL UNISSEX - TAMANHO 2 (DESCRIÇÃO DO MODELO: CAMISETA COM GOLA MODELO “CARECA” COM COSTURA DO APREGO DA GOLA REBATIDA (NA MÁQUINA GALONEIRA 2 COSTURAS) E RIBANA DE 2 CM DE LARGURA ACABADA, SEM ESCRITA, RETILÍNEA EM FIO 100% POLIÉSTER, COM MANGA CURTA, TODA NA COR BRANCA).APRESENTAR ETIQUETA DE COMPOSIÇÃO DO PRODUTO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO INMETRO.	UNID	2.000	R\$ 17,72	R\$ 35.440,00	Exclusivo para ME/EPP
51	CAMISETA MALHA FRIA (PV – 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE) INFANTIL UNISSEX - TAMANHO 4 (DESCRIÇÃO DO MODELO: CAMISETA COM GOLA MODELO “CARECA” COM COSTURA DO APREGO DA GOLA REBATIDA (NA	UNID	3.000	R\$ 18,55	R\$ 55.650,00	Exclusivo para ME/EPP

	MÁQUINA GALONEIRA 2 COSTURAS) E RIBANA DE 2 CM DE LARGURA ACABADA, SEM ESCRITA, RETILÍNEA EM FIO 100% POLIÉSTER, COM MANGA CURTA, TODA NA COR BRANCA).APRESENTAR ETIQUETA DE COMPOSIÇÃO DO PRODUTO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO INMETRO.					
52	CAMISETA MALHA FRIA (PV – 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE) INFANTIL UNISSEX TAMANHO 6 (DESCRIÇÃO DO MODELO: CAMISETA COM GOLA MODELO “CARECA” COM COSTURA DO APREGO DA GOLA REBATIDA(NA MAQUINA GALONEIRA 2 COSTURAS) E RIBANA DE 2 CM DE LARGURA ACABADA, SEM ESCRITA, RETILÍNEA EM FIO 100% POLIÉSTER, COM MANGA CURTA, TODA NA COR BRANCA).APRESENTAR ETIQUETA DE COMPOSIÇÃO DO PRODUTO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO INMETRO.	UNID	3.000	R\$ 18,55	R\$ 55.650,00	Exclusivo para ME/EPP
53	CAMISETA MALHA FRIA (PV – 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE) INFANTIL UNISSEX TAMANHO 8 (DESCRIÇÃO DO MODELO: CAMISETA COM GOLA MODELO “CARECA” COM COSTURA DO APREGO DA GOLA REBATIDA(NA MAQUINA GALONEIRA 2 COSTURAS) E RIBANA DE 2 CM DE LARGURA ACABADA, SEM ESCRITA, RETILÍNEA EM FIO 100% POLIÉSTER, COM MANGA CURTA, TODA NA COR BRANCA).APRESENTAR ETIQUETA DE COMPOSIÇÃO DO PRODUTO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO INMETRO.	UNID	3.000	R\$ 25,60	R\$ 76.800,00	Exclusivo para ME/EPP
54	CANECA PLÁSTICA P/ MERENDA (UNIDADE) CANECA PLÁSTICA EM PROLIPROPILENO NA COR VERDE COM CAPACIDADE PARA 300ML PIGMENTAÇÃO HOMOGÊNEA EM TODA PEÇA; MODELO LISO NAS PARTES INTERNA E EXTERNA;FORMATO INTERNO ARREDONDADO, COM ALÇA E EMPILHÁVEL; MATERIAL VIRGEM, ATÓXICO E INODORO;TEMPERATURA MÍNIMA E MÁXIMA DE USO CONTÍNUO APROXIMADA DESEJÁVEL: 0°C E 120°C;APRESENTAR ATESTADO DE TEMPERATURA E COMPROVAÇÃO DE BPA	UNID	33.750	R\$ 2,53	R\$ 85.387,50	Ampla Concorrência

	FREE.APRESENTAR CATÁLOGO NA PROPOSTA COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO.					
55	CANECA PLÁSTICA P/ MERENDA (UNIDADE) CANECA PLÁSTICA EM PROLIPROPILENO NA COR VERDE COM CAPACIDADE PARA 300ML PIGMENTAÇÃO HOMOGÊNEA EM TODA PEÇA; MODELO LISO NAS PARTES INTERNA E EXTERNA;FORMATO INTERNO ARREDONDADO, COM ALÇA E EMPILHÁVEL; MATERIAL VIRGEM, ATÓXICO E INODORO;TEMPERATURA MÍNIMA E MÁXIMA DE USO CONTÍNUO APROXIMADA DESEJÁVEL: 0°C E 120°C;APRESENTAR ATESTADO DE TEMPERATURA E COMPROVAÇÃO DE BPA FREE.APRESENTAR CATÁLOGO NA PROPOSTA COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO.	UNID	11.250	R\$ 2,53	R\$ 28.462,50	Cota Reservada para ME/EPP
56	COLHER PLÁSTICA PARA MEXER MINGAU COM CABO DE APROXIMADAMENTE 25 CM.COLHER DE POLIETILENO PARA COZINHA INDUSTRIAL, COMPRIMENTO APROXIMADO: 25 CM.MATERIAL VIRGEM, ATÓXICO E INODORO;TEMPERATURA MÍNIMA E MÁXIMA DE USO CONTÍNUO APROXIMADA DESEJÁVEL: 0°C E 150°C;APRESENTAR CATÁLOGO NA PROPOSTA COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO, ATESTADO DE TEMPERATURA E COMPROVAÇÃO DE BPA FREE.	UNID	750	R\$ 10,01	R\$ 7.507,50	Exclusivo para ME/EPP
57	PRATO PLÁSTICO P/ MERENDA-PRATO TAMANHO GRANDE NA COR VERDE, IDEAL PARA LANCHES E MERENDA INFANTIL. DIMENSÕES APROXIMADAS: CAPACIDADE 600ML,DIÂMETRO 21,3CM. PROFUNDIDADE 3CM. DESENVOLVIDO EM PP (POLIPROPILENO);PIGMENTAÇÃO HOMOGÊNEA EM TODA PEÇA;MATERIAL VIRGEM, ATÓXICO E INODORO; TEMPERATURA APROXIMADA DESEJÁVEL, MÍNIMA E MÁXIMA DE USO CONTÍNUO: 0°C E 120°C; APRESENTAR CATÁLOGO NA PROPOSTA COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO, ATESTADO DE TEMPERATURA E COMPROVAÇÃO DE BPA FREE.	UNID	30.000	R\$ 1,84	R\$ 55.200,00	Exclusivo para ME/EPP

58	ESCOVA DENTAL INFANTIL, COM CABEÇA PEQUENA ARREDONDADA, CERDAS RETAS, MACIAS E ARREDONDADAS, CABO ANATÔMICO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 15 CM, PARA CRIANÇAS DE 0 A 24 MESES, COM MATERIAL DE FABRICAÇÃO ATÓXICO, E COM CAPA PROTETORA DE CERDAS. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, TRAZENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDENCIA TAIS COMO NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. APRESENTAR CATÁLOGO NA PROPOSTA COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ESTAR DE ACORDO COM A RDC 142/2017 DA ANVISA. (PARA CRIANÇAS ATÉ O INFANTIL 2)	UNID	20.000	R\$ 1,72	R\$ 34.400,00	Exclusivo para ME/EPP
59	COLHER INFANTIL PARA REFEIÇÃO EM INOX- CARACTERÍSTICAS: CONFECCIONADO INTEIRAMENTE EM AÇO INOXIDÁVEL. LISO E POLIDO. USO EM REFEIÇÕES. MEDIDAS APROXIMADAS 15 CM DE COMPRIMENTO (TAMANHO TIPO SOBREMESA).APRESENTAR CATÁLOGO NA PROPOSTA COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO.	UNID	22.500	R\$ 3,32	R\$ 74.700,00	Ampla Concorrência
60	COLHER INFANTIL PARA REFEIÇÃO EM INOX- CARACTERÍSTICAS: CONFECCIONADO INTEIRAMENTE EM AÇO INOXIDÁVEL. LISO E POLIDO. USO EM REFEIÇÕES. MEDIDAS APROXIMADAS 15 CM DE COMPRIMENTO (TAMANHO TIPO SOBREMESA).APRESENTAR CATÁLOGO NA PROPOSTA COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO.	UNID	7.500	R\$ 3,32	R\$ 24.900,00	Cota Reservada para ME/EPP
61	ESTERILIZADOR DE MAMADEIRAS MICROONDAS - (ESTERILIZADOR DE MAMADEIRA A VAPOR, PARA USO EM MICROONDAS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 4 MAMADEIRAS. 61 DIMENSÕES: • ALTURA: MÁXIMO 180MM. • DIÂMETRO / LARGURA: MÁXIMO 280MM. CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS: • BASE EM	UNID	80	R\$ 108,99	R\$ 8.719,20	Exclusivo para ME/EPP

	<p>POLIPROPILENO COPOLÍMERO, DOTADO DE DISPOSITIVOS INTERNOS PARA ACONDICIONAMENTO DE, NO MÍNIMO, 4 MAMADEIRAS. TAMPA EM PLÁSTICO EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO, TRANSPARENTE, COM CLIPES E/OU PRESILHAS PARA FECHAMENTO HERMÉTICO. REQUISITOS DE SEGURANÇA: • O ESTERILIZADOR DEVE SER CONSTRUÍDO DE MODO A PROPORCIONAR PROTEÇÃO ADEQUADA CONTRA CONTATO ACIDENTAL COM PARTES QUENTES (BORDAS, SUPERFÍCIES), QUE POSSAM EXPOR O USUÁRIO A RISCO DE QUEIMADURAS DURANTE A OPERAÇÃO. • O ESTERILIZADOR NÃO DEVE APRESENTAR ELEMENTOS PERFURANTES, ARESTAS CORTANTES OU IRREGULARES QUE POSSAM VIR A CAUSAR RISCOS AOS USUÁRIOS, EM UTILIZAÇÃO NORMAL OU DURANTE A HIGIENIZAÇÃO. • O PRODUTO NÃO DEVE OFERECER RISCO TOXICOLÓGICO OU ELIMINAR RESÍDUOS QUÍMICOS DURANTE SUA UTILIZAÇÃO. MATÉRIAS-PRIMAS: • AS MATÉRIAS PRIMAS UTILIZADAS NA FABRICAÇÃO DO PRODUTO DEVEM ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS PARA CADA MATERIAL. • BASE E TAMPA DO PRODUTO CONFECCIONADAS EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO). APRESENTAR CATÁLOGO NA PROPOSTA COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO. APRESENTAR DESCRIÇÃO DO PRODUTO NA EMBALAGEM E COMPROVAÇÃO DE BPA FREE.</p>					
--	--	--	--	--	--	--

62	COLCHÃO PARA BERÇO, MEDINDO 1300MMX600MM, COM DUAS FACES (FACE A 100% DE POLIETILENO E FACE B 100% DE POLIÉSTER) E ALTURA MÍNIMA DE 120MM (DENSIDADE MÍNIMA 18 E MÁXIMA 20) ACEITANDO VARIAÇÕES DAS MEDIDAS DE ATÉ 5% (CINCO POR CENTO) PARA MAIS OU MENOS. APRESENTAR DESCRIÇÃO DO PRODUTO NA EMBALAGEM. APRESENTAR CERTIFICADO DO INMETRO. APRESENTAR ETIQUETA DE COMPOSIÇÃO DO PRODUTO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO INMETRO. APRESENTAR CATÁLOGO NA PROPOSTA COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO.	UNID	1.500	R\$ 164,75	R\$ 247.125,00	Ampla Concorrência
63	COLCHÃO PARA BERÇO, MEDINDO 1300MMX600MM, COM DUAS FACES (FACE A 100% DE POLIETILENO E FACE B 100% DE POLIÉSTER) E ALTURA MÍNIMA DE 120MM (DENSIDADE MÍNIMA 18 E MÁXIMA 20) ACEITANDO VARIAÇÕES DAS MEDIDAS DE ATÉ 5% (CINCO POR CENTO) PARA MAIS OU MENOS. APRESENTAR DESCRIÇÃO DO PRODUTO NA EMBALAGEM. APRESENTAR CERTIFICADO DO INMETRO. APRESENTAR ETIQUETA DE COMPOSIÇÃO DO PRODUTO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO INMETRO. APRESENTAR CATÁLOGO NA PROPOSTA COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO.	UNID	500	R\$ 164,75	R\$ 82.375,00	Cota Reservada para ME/EPP
64	LAVANDA INFANTIL SEM ÁLCOOL ETÍLICO - DERMATOLOGICAMENTE TESTADA - FRAGÂNCIA SUAVE- EMBALAGEM MÍNIMA DE 200 ML. PACOTE COM 12 UNIDADES. POSSUIR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. APRESENTAR CATÁLOGO NA PROPOSTA COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO. APRESENTAR DESCRIÇÃO DO PRODUTO NA EMBALAGEM.	PACOTE	3.750	R\$ 112,68	R\$ 422.550,00	Ampla Concorrência

65	LAVANDA INFANTIL SEM ÁLCOOL ETÍLICO - DERMATOLOGICAMENTE TESTADA - FRAGÂNCIA SUAVE- EMBALAGEM MÍNIMA DE 200 ML. PACOTE COM 12 UNIDADES. POSSUIR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. APRESENTAR CATÁLOGO NA PROPOSTA COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO. APRESENTAR DESCRIÇÃO DO PRODUTO NA EMBALAGEM.	PACOTE	1.250	R\$ 112,68	R\$ 140.850,00	Cota Reservada para ME/EPP
66	LENÇOL PARA BERÇO – EM TECIDO 100% ALGODÃO, COM MEDIDA MÍNIMA DE 1,40 X 0,95 M, SEM ELÁSTICO, NA COR BRANCA - ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO. APRESENTAR DESCRIÇÃO DO PRODUTO INCLUINDO A COMPOSIÇÃO E DIMENÇÕES. APRESENTAR CATÁLOGO NA PROPOSTA COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO.	UNID.	7.500	R\$ 16,37	R\$ 122.775,00	Ampla Concorrência
67	LENÇOL PARA BERÇO – EM TECIDO 100% ALGODÃO, COM MEDIDA MÍNIMA DE 1,40 X 0,95 M, SEM ELÁSTICO, NA COR BRANCA - ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO. APRESENTAR DESCRIÇÃO DO PRODUTO INCLUINDO A COMPOSIÇÃO E DIMENÇÕES. APRESENTAR CATÁLOGO NA PROPOSTA COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO.	UNID.	2.500	R\$ 16,37	R\$ 40.925,00	Cota Reservada para ME/EPP
68	LENÇOL DE ELÁSTICO INFANTIL - LENÇOL PARA BERÇO EM TECIDO 100% ALGODÃO COM ELÁSTICO - COM MEDIDA MÍNIMA 130 X 60 X 15 CM. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO. APRESENTAR DESCRIÇÃO DO PRODUTO INCLUINDO A COMPOSIÇÃO E DIMENÇÕES. APRESENTAR CATÁLOGO NA PROPOSTA COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO.	UNID.	7.500	R\$ 20,70	R\$ 155.250,00	Ampla Concorrência

69	LENÇOL DE ELÁSTICO INFANTIL - LENÇOL PARA BERÇO EM TECIDO 100% ALGODÃO COM ELÁSTICO - COM MEDIDA MÍNIMA 130 X 60 X 15 CM. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO. APRESENTAR DESCRIÇÃO DO PRODUTO INCLUINDO A COMPOSIÇÃO E DIMENÇÕES. APRESENTAR CATÁLOGO NA PROPOSTA COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO.	UNID.	2.500	R\$ 20,70	R\$ 51.750,00	Cota Reservada para ME/EPP
70	COBERTOR INFANTIL EM MICROFIBRA – 100% POLIESTER. MEDINDO NO MÍNIMO 95X145CM ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE PARA GARANTIR O FECHAMENTO ADEQUADO E A INTEGRIDADE DO PRODUTO. APRESENTAR DESCRIÇÃO DO PRODUTO INCLUINDO A COMPOSIÇÃO E DIMENÇÕES. APRESENTAR CATÁLOGO NA PROPOSTA COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO.	UNID.	7.500	R\$ 37,04	R\$ 277.800,00	Ampla Concorrência
71	COBERTOR INFANTIL EM MICROFIBRA – 100% POLIESTER. MEDINDO NO MÍNIMO 95X145CM ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE PARA GARANTIR O FECHAMENTO ADEQUADO E A INTEGRIDADE DO PRODUTO. APRESENTAR DESCRIÇÃO DO PRODUTO INCLUINDO A COMPOSIÇÃO E DIMENÇÕES. APRESENTAR CATÁLOGO NA PROPOSTA COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO.	UNID.	2.500	R\$ 37,04	R\$ 92.600,00	Cota Reservada para ME/EPP
72	FRALDA DE TECIDO - NA COR BRANCA. EM FIBRAS NATURAIS, 100% ALGODÃO, EM TECIDO DUPLO, ABSORVENTE, ALVEJADA, MEDINDO NO MÍNIMO 70X70CM. APRESENTAÇÃO EM PACOTE COM NO MÍNIMO 5 UNIDADES .ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO. APRESENTAR ETIQUETA DE COMPOSIÇÃO NO PRODUTO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM	PACOTE	3.000	R\$ 22,00	R\$ 66.000,00	Ampla Concorrência

73	FRALDA DE TECIDO - NA COR BRANCA. EM FIBRAS NATURAIS, 100% ALGODÃO, EM TECIDO DUPLO, ABSORVENTE, ALVEJADA, MEDINDO NO MÍNIMO 70X70CM. APRESENTAÇÃO EM PACOTE COM NO MÍNIMO 5 UNIDADES .ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO. APRESENTAR ETIQUETA DE COMPOSIÇÃO NO PRODUTO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM	PACOTE	1.000	R\$ 22,00	R\$ 22.000,00	Cota Reservada para ME/EPP
74	TOALHA DE BANHO INFANTIL - MEDINDO NO MÍNIMO 70X110 CM - NA COR BRANCA - FELPUDA EM TECIDO 100% ALGODÃO, COM CAPUZ. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO. APRESENTAR ETIQUETA DE COMPOSIÇÃO NO PRODUTO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM. APRESENTAR CATÁLOGO NA PROPOSTA COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO	UNID	11.250	R\$ 20,15	R\$ 226.687,50	Ampla Concorrência
75	TOALHA DE BANHO INFANTIL - MEDINDO NO MÍNIMO 70X110 CM - NA COR BRANCA - FELPUDA EM TECIDO 100% ALGODÃO, COM CAPUZ. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO. APRESENTAR ETIQUETA DE COMPOSIÇÃO NO PRODUTO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM. APRESENTAR CATÁLOGO NA PROPOSTA COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO	UNID	3.750	R\$ 20,15	R\$ 75.562,50	Cota Reservada para ME/EPP
76	PAPEIRO - PAPEIRO DE ÁGATA. Nº 16, CAPACIDADE APROXIMADA -1,1LT TAMANHO: G. APRESENTAR CATÁLOGO COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO.	UNID.	200	R\$ 36,17	R\$ 7.234,00	Exclusivo para ME/EPP

77	CALCINHA INFANTIL, EM MALHA 100% ALGODÃO COM FORRO DE PROTEÇÃO NA PARTE INTERNA INFERIOR. TODA EM MATERIAL ANTIALÉRGICO, EM CORES VARIADAS- TAMANHO: P. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO. APRESENTAR ETIQUETA DE COMPOSIÇÃO DO PRODUTO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO INMETRO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM.	UNID.	4.000	R\$ 6,72	R\$ 26.880,00	Exclusivo para ME/EPP
78	CALCINHA INFANTIL, EM MALHA 100% ALGODÃO COM FORRO DE PROTEÇÃO NA PARTE INTERNA INFERIOR. TODA EM MATERIAL ANTIALÉRGICO, EM CORES VARIADAS- TAMANHO: M. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO. APRESENTAR ETIQUETA DE COMPOSIÇÃO DO PRODUTO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO INMETRO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM.	UNID.	8.000	R\$ 6,72	R\$ 53.760,00	Exclusivo para ME/EPP
79	CALCINHA INFANTIL, EM MALHA 100% ALGODÃO COM FORRO DE PROTEÇÃO NA PARTE INTERNA INFERIOR. TODA EM MATERIAL ANTIALÉRGICO, EM CORES VARIADAS- TAMANHO: G. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO. APRESENTAR ETIQUETA DE COMPOSIÇÃO DO PRODUTO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO INMETRO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM	UNID	8.000	R\$ 6,72	R\$ 53.760,00	Exclusivo para ME/EPP
80	ESCOVA PARA MAMADEIRA - ESCOVA PARA LIMPEZA INTERNA DE MAMADEIRA E BICO, CORPO EM POLIPROPILENO EM PEÇA ÚNICA E CERDAS DE NYLON.MATERIAL: POLIPROPILENO E AÇO, CERDAS EM NYLON. MEDIDAS MÍNIMAS: 35 X 10 X 6 CM. APRESENTAR CATÁLOGO COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM	UNID	2.000	R\$ 14,17	R\$ 28.340,00	Exclusivo para ME/EPP

81	MAMADEIRA 240 ML COM BICO DE SILICONE ORTODÔNTICO ANTIRREFLUXO – FABRICADA EM POLIPROPILENO (C/ MOTIVOS INFANTIS E BICO DE SILICONE ORTODÔNTICO ANTIRREFLUXO). ACONDICIONADO EM EMBALAGEM/MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER À LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE. AS ESPECIFICAÇÕES DE MEDIDA, COMPOSIÇÃO, NOME DO FABRICANTE/LABORATÓRIO, NOME E REGISTRO DO QUÍMICO/FARMACÊUTICO OU RESPONSÁVEL, DATA DE VALIDADE E FABRICAÇÕES DEVERÃO ESTAR IMPRESSAS NA EMBALAGEM. APRESENTAR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. APRESENTAR CATÁLOGO COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM	UNID	3.750	R\$ 23,21	R\$ 87.037,50	Ampla Concorrência
82	MAMADEIRA 240 ML COM BICO DE SILICONE ORTODÔNTICO ANTIRREFLUXO – FABRICADA EM POLIPROPILENO (C/ MOTIVOS INFANTIS E BICO DE SILICONE ORTODÔNTICO ANTIRREFLUXO). ACONDICIONADO EM EMBALAGEM/MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER À LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE. AS ESPECIFICAÇÕES DE MEDIDA, COMPOSIÇÃO, NOME DO FABRICANTE/LABORATÓRIO, NOME E REGISTRO DO QUÍMICO/FARMACÊUTICO OU RESPONSÁVEL, DATA DE VALIDADE E FABRICAÇÕES DEVERÃO ESTAR IMPRESSAS NA EMBALAGEM. APRESENTAR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. APRESENTAR CATÁLOGO COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM	UNID	1.250	R\$ 23,21	R\$ 29.012,50	Cota Reservada para ME/EPP

83	CAPA PARA COLCHÃO PARA BERÇO- MEDINDO 1300MMX600MM, COM ALTURA DE MINIMA DE 120MM (MESMO TAMANHO DO COLCHÃO PARA BERÇO) COM FECHO EM ZIPER PARA FACILITAR A COLOCAÇÃO DA CAPA NO COLCHÃO E GARANTIR UM AJUSTE SEGURO. IMPERMEÁVEL, MATERIAL EM NAPA OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE, ANTIALÉRGICO, RECOBERTO POR MALHA PARA NÃO ESQUENTAR, ACOMPANHA A TEMPERATURA DO AMBIENTE. APRESENTAR DESCRIÇÃO DO PRODUTO NA EMBALAGEMAPRESENTAR ETIQUETA DE COMPOSIÇÃO DO PRODUTO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO INMETRO.APRESENTAR CATÁLOGO NA PROPOSTA COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO.	UNID	6.000	R\$ 61,46	R\$ 368.760,00	Ampla Concorrência
84	CAPA PARA COLCHÃO PARA BERÇO- MEDINDO 1300MMX600MM, COM ALTURA DE MINIMA DE 120MM (MESMO TAMANHO DO COLCHÃO PARA BERÇO) COM FECHO EM ZIPER PARA FACILITAR A COLOCAÇÃO DA CAPA NO COLCHÃO E GARANTIR UM AJUSTE SEGURO. IMPERMEÁVEL, MATERIAL EM NAPA OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE, ANTIALÉRGICO, RECOBERTO POR MALHA PARA NÃO ESQUENTAR, ACOMPANHA A TEMPERATURA DO AMBIENTE. APRESENTAR DESCRIÇÃO DO PRODUTO NA EMBALAGEMAPRESENTAR ETIQUETA DE COMPOSIÇÃO DO PRODUTO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO INMETRO.APRESENTAR CATÁLOGO NA PROPOSTA COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO.	UNID	2.000	R\$ 61,46	R\$ 122.920,00	Cota Reservada para ME/EPP

85	SABONETE LÍQUIDO INFANTIL - SABONETE LÍQUIDO INFANTIL, NEUTRO, ESSÊNCIAS DIVERSAS, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, EMBALAGEM COM MÍNIMO DE 200 ML, IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. PACOTE COM 12 UNIDADES.APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.APRESENTAR CATÁLOGO COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM	PACOTE	3.000	R\$ 136,32	R\$ 408.960,00	Ampla Concorrência
86	SABONETE LÍQUIDO INFANTIL - SABONETE LÍQUIDO INFANTIL, NEUTRO, ESSÊNCIAS DIVERSAS, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, EMBALAGEM COM MÍNIMO DE 200 ML, IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. PACOTE COM 12 UNIDADES.APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.APRESENTAR CATÁLOGO COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM	PACOTE	1.000	R\$ 136,32	R\$ 136.320,00	Cota Reservada para ME/EPP
87	SHAMPOO INFANTIL - PARA TODOS OS TIPOS DE CABELO - DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, NÃO IRRITA OS OLHOS - ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO NO MÍNIMO 500 ML. PACOTE COM 12 UNIDADES.APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.APRESENTAR CATÁLOGO COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM	PACOTE	3.000	R\$ 167,94	R\$ 503.820,00	Ampla Concorrência
88	SHAMPOO INFANTIL - PARA TODOS OS TIPOS DE CABELO - DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, NÃO IRRITA OS OLHOS - ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO NO MÍNIMO 500 ML. PACOTE COM 12 UNIDADES.APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.APRESENTAR CATÁLOGO COM TODAS AS	PACOTE	1.000	R\$ 167,94	R\$ 167.940,00	Cota Reservada para ME/EPP

	ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM					
89	CONDICIONADOR INFANTIL - PARA TODOS OS TIPOS DE CABELO - DERMATOLOGICAMENTE TESTADO - NÃO IRRITA OS OLHOS - ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO NO MÍNIMO 500 ML. PACOTE COM 12 UNIDADES. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. APRESENTAR CATÁLOGO COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM	PACOTE	3.000	R\$ 114,12	R\$ 342.360,00	Ampla Concorrência
90	CONDICIONADOR INFANTIL - PARA TODOS OS TIPOS DE CABELO - DERMATOLOGICAMENTE TESTADO - NÃO IRRITA OS OLHOS - ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO NO MÍNIMO 500 ML. PACOTE COM 12 UNIDADES. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. APRESENTAR CATÁLOGO COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM	PACOTE	1.000	R\$ 114,12	R\$ 114.120,00	Cota Reservada para ME/EPP
91	PENTE INFANTIL COM PONTAS ARREDONDADAS EM POLIPROPILENO, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE ALTURA E LARGURA - 13CM X 03 CM, EM CORES VARIADAS. FABRICAÇÃO COM MATERIAL ATÓXICO. APRESENTAR CATÁLOGO COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM.	UNID	5.000	R\$ 7,22	R\$ 36.100,00	Exclusivo para ME/EPP

92	BICO DE MAMADEIRA DE SILICONE ORTODÔNTICO ANTIRREFLUXO: BICO DE SILICONE EXTREMAMENTE DURÁVEL, ORTODÔNTICO E ANTIRREFLUXO. PARA MAMADEIRA DE 150 A 250 ML; SEM DEFEITOS OU REBARBAS, RESISTENTE A AUTOCLAVAÇÃO E USO EM MICROONDAS; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM/MATERIAL CONTENDO TODAS AS INFORMAÇÕES DO PRODUTO E DO FABRICANTE E QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE. AS ESPECIFICAÇÕES DE MEDIDA, NOME DO FABRICANTE/LABORATÓRIO, NOME E REGISTRO DO QUÍMICO/FARMACÊUTICO OU RESPONSÁVEL, DATA DE VALIDADE E FABRICAÇÃO DEVERÃO ESTAR IMPRESSAS NA EMBALAGEM. APRESENTAR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO E CATÁLOGO. APRESENTAR CATÁLOGO COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM	UNID	5.000	R\$ 7,45	R\$ 37.250,00	Exclusivo para ME/EPP
93	TAPETE PARA CRIANÇA- TAPETE ANTIDERRAPANTE COM MOTIVOS INFATINS E VENTOSA PARA MAIOR FIXAÇÃO NO CHÃO. FEITO EM PVC, DIMENSÕES APROXIMADAS: 69CM X 39CM (COMPRIMENTO X LARGURA) APRESENTAR CATÁLOGO COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM	UNID	1.000	R\$ 52,50	R\$ 52.500,00	Exclusivo para ME/EPP
94	COLCHONETE IMPERMEÁVEL TROCADOR- COLCHONETE COM CAPA IMPERMEÁVEL COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE CXLXA - 60X 40X 1CM. O COLCHÃO DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE PLÁSTICO TRANSPARENTE COM FORMA DE IMPEDIR ENTRADA DE POEIRA E INSETO. APRESENTAR ETIQUETA DE COMPOSIÇÃO NO PRODUTO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM. APRESENTAR CATÁLOGO COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO	UNID	1.000	R\$ 37,00	R\$ 37.000,00	Exclusivo para ME/EPP

	PRODUTO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM					
95	CHUPETA COM BICO DE SILICONE ORTODÔNTICO - FASE 2 – CHUPETA FORMATO ANATÔMICO E CÔNCAVO , ORTODÔNTICA, BICO DE SILICONE. TESTADO E APROVADO POR LABORATÓRIOS CREDENCIADOS; MACIA. ESTERILIZÁVEL; HIGIÊNICA E DURÁVEL. PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 6 MESES PACOTE COM 25 UNID. APRESENTAR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO E CATÁLOGO. APRESENTAR CATÁLOGO COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM	PACOTE	4.500	R\$ 38,90	R\$ 175.050,00	Ampla Concorrência
96	CHUPETA COM BICO DE SILICONE ORTODÔNTICO - FASE 2 – CHUPETA FORMATO ANATÔMICO E CÔNCAVO , ORTODÔNTICA, BICO DE SILICONE. TESTADO E APROVADO POR LABORATÓRIOS CREDENCIADOS; MACIA. ESTERILIZÁVEL; HIGIÊNICA E DURÁVEL. PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 6 MESES PACOTE COM 25 UNID. APRESENTAR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO E CATÁLOGO. APRESENTAR CATÁLOGO COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM	PACOTE	1.500	R\$ 38,90	R\$ 58.350,00	Cota Reservada para ME/EPP
97	CUECA PARA MENINOS (TAMANHO P) INFANTIL - CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO; MODELO TIPO SLIP; NO TAMANHO P - INFANTIL; SEM ABERTURA FRONTAL; CINTURA COM ACABAMENTO EM ELÁSTICO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO. APRESENTAR ETIQUETA DE COMPOSIÇÃO DO PRODUTO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO INMETRO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM	UNID	4.000	R\$ 4,40	R\$ 17.600,00	Exclusivo para ME/EPP

98	CUECA PARA MENINOS (TAMANHO M) INFANTIL - CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO; MODELO TIPO SLIP; NO TAMANHO M - INFANTIL; SEM ABERTURA FRONTAL; CINTURA COM ACABAMENTO EM ELÁSTICO.ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO.APRESENTAR ETIQUETA DE COMPOSIÇÃO DO PRODUTO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO INMETRO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM	UNID	8.000	R\$ 7,55	R\$ 60.400,00	Exclusivo para ME/EPP
99	CONJUNTO PIJAMA UNISSEX INFANTIL- EM MALHA FRIA(PV - 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE) TAMANHO 2 ANOS- DESCRIÇÃO DO MODELO: CAMISETA COM GOLA CARECA FEITA DE RIBANA, COM 2 CM DE LARGURA ACABADA, SEM ESCRITA, RETILÍNEA EM FIO 100% POLIÉSTER E REBATIDA COM 2 COSTURAS EM MÁQUINA GALONEIRA, COM MANGA CURTA E BARRAS DA MANGA E DA CAMISETA ABANHADAS COM 2 COSTURAS EM MÁQUINA GALONEIRA. BERMUDA COM ELÁSTICO NA CINTURA DE NO MÍNIMO 2,5 CM DE LARGURA, A TOLERÂNCIA PARA A LARGURA DO ELÁSTICO É DE 5% (+/-); REBATIDO COM 2 COSTURAS NA MÁQUINA GALONEIRA E ACABAMENTO DA BARRA DA BERMUDA TAMBÉM COM 2 COSTURAS NA MÁQUINA GALONEIRA. CONJUNTO TODO NA COR VERDE CLARO PANTONE 13-0117. ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO.APRESENTAR ETIQUETA DE COMPOSIÇÃO DO PRODUTO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO INMETRO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM.	CONJUNTO	2.000	R\$ 34,80	R\$ 69.600,00	Exclusivo para ME/EPP

100	<p>CONJUNTO PIJAMA UNISSEX INFANTIL- EM MALHA FRIA(PV – 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE) TAMANHO 4 ANOS- DESCRIÇÃO DO MODELO: CAMISETA COM GOLA CARECA FEITA DE RIBANA, COM 2 CM DE LARGURA ACABADA, SEM ESCRITA, RETILÍNEA EM FIO 100% POLIÉSTER E REBATIDA COM 2 COSTURAS EM MÁQUINA GALONEIRA, COM MANGA CURTA E BARRAS DA MANGA E DA CAMISETA ABANHADAS COM 2 COSTURAS EM MÁQUINA GALONEIRA. BERMUDA COM ELÁSTICO NA CINTURA DE NO MÍNIMO 2,5 CM DE LARGURA, A TOLERÂNCIA PARA A LARGURA DO ELÁSTICO É DE 5% (+/-); REBATIDO COM 2 COSTURAS NA MÁQUINA GALONEIRA E ACABAMENTO DA BARRA DA BERMUDA TAMBÉM COM 2 COSTURAS NA MÁQUINA GALONEIRA. CONJUNTO TODO NA COR VERDE CLARO PANTONE 13-0117. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO.APRESENTAR ETIQUETA DE COMPOSIÇÃO DO PRODUTO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO INMETRO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM</p>	CONJUNTO	2.250	R\$ 42,92	R\$ 96.570,00	Ampla Concorrência
-----	---	----------	-------	-----------	---------------	--------------------

101	<p>CONJUNTO PIJAMA UNISSEX INFANTIL- EM MALHA FRIA(PV – 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE) TAMANHO 4 ANOS- DESCRIÇÃO DO MODELO: CAMISETA COM GOLA CARECA FEITA DE RIBANA, COM 2 CM DE LARGURA ACABADA, SEM ESCRITA, RETILÍNEA EM FIO 100% POLIÉSTER E REBATIDA COM 2 COSTURAS EM MÁQUINA GALONEIRA, COM MANGA CURTA E BARRAS DA MANGA E DA CAMISETA ABANHADAS COM 2 COSTURAS EM MÁQUINA GALONEIRA. BERMUDA COM ELÁSTICO NA CINTURA DE NO MÍNIMO 2,5 CM DE LARGURA, A TOLERÂNCIA PARA A LARGURA DO ELÁSTICO É DE 5% (+/-); REBATIDO COM 2 COSTURAS NA MÁQUINA GALONEIRA E ACABAMENTO DA BARRA DA BERMUDA TAMBÉM COM 2 COSTURAS NA MÁQUINA GALONEIRA. CONJUNTO TODO NA COR VERDE CLARO PANTONE 13-0117. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO.APRESENTAR ETIQUETA DE COMPOSIÇÃO DO PRODUTO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO INMETRO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM</p>	CONJUNTO	750	R\$ 42,92	R\$ 32.190,00	Cota Reservada para ME/EPP
-----	---	----------	-----	-----------	---------------	----------------------------

102	<p>CONJUNTO PIJAMA UNISSEX INFANTIL- EM MALHA FRIA(PV – 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE) TAMANHO 6 ANOS- DESCRIÇÃO DO MODELO: CAMISETA COM GOLA CARECA FEITA DE RIBANA, COM 2 CM DE LARGURA ACABADA, SEM ESCRITA, RETILÍNEA EM FIO 100% POLIÉSTER E REBATIDA COM 2 COSTURAS EM MÁQUINA GALONEIRA, COM MANGA CURTA E BARRAS DA MANGA E DA CAMISETA ABANHADAS COM 2 COSTURAS EM MÁQUINA GALONEIRA. BERMUDA COM ELÁSTICO NA CINTURA DE NO MÍNIMO 2,5 CM DE LARGURA, A TOLERÂNCIA PARA A LARGURA DO ELÁSTICO É DE 5% (+/-); REBATIDO COM 2 COSTURAS NA MÁQUINA GALONEIRA E ACABAMENTO DA BARRA DA BERMUDA TAMBÉM COM 2 COSTURAS NA MÁQUINA GALONEIRA. CONJUNTO TODO NA COR VERDE CLARO PANTONE 13-0117. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO. APRESENTAR ETIQUETA DE COMPOSIÇÃO DO PRODUTO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO INMETRO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM</p>	CONJUNTO	5.625	R\$ 47,31	R\$ 266.118,75	Ampla Concorrência
-----	--	----------	-------	-----------	----------------	--------------------

103	<p>CONJUNTO PIJAMA UNISSEX INFANTIL- EM MALHA FRIA(PV – 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE) TAMANHO 6 ANOS- DESCRIÇÃO DO MODELO: CAMISETA COM GOLA CARECA FEITA DE RIBANA, COM 2 CM DE LARGURA ACABADA, SEM ESCRITA, RETILÍNEA EM FIO 100% POLIÉSTER E REBATIDA COM 2 COSTURAS EM MÁQUINA GALONEIRA, COM MANGA CURTA E BARRAS DA MANGA E DA CAMISETA ABANHADAS COM 2 COSTURAS EM MÁQUINA GALONEIRA. BERMUDA COM ELÁSTICO NA CINTURA DE NO MÍNIMO 2,5 CM DE LARGURA, A TOLERÂNCIA PARA A LARGURA DO ELÁSTICO É DE 5% (+/-); REBATIDO COM 2 COSTURAS NA MÁQUINA GALONEIRA E ACABAMENTO DA BARRA DA BERMUDA TAMBÉM COM 2 COSTURAS NA MÁQUINA GALONEIRA. CONJUNTO TODO NA COR VERDE CLARO PANTONE 13-0117. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO. APRESENTAR ETIQUETA DE COMPOSIÇÃO DO PRODUTO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO INMETRO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM</p>	CONJUNTO	1.875	R\$ 47,31	R\$ 88.706,25	Cota Reservada para ME/EPP
-----	--	----------	-------	-----------	---------------	----------------------------

104	<p>CONJUNTO PIJAMA UNISSEX INFANTIL- EM MALHA FRIA(PV – 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE) TAMANHO 8 ANOS- DESCRIÇÃO DO MODELO: CAMISETA COM GOLA CARECA FEITA DE RIBANA, COM 2 CM DE LARGURA ACABADA, SEM ESCRITA, RETILÍNEA EM FIO 100% POLIÉSTER E REBATIDA COM 2 COSTURAS EM MÁQUINA GALONEIRA, COM MANGA CURTA E BARRAS DA MANGA E DA CAMISETA ABANHADAS COM 2 COSTURAS EM MÁQUINA GALONEIRA. BERMUDA COM ELÁSTICO NA CINTURA DE NO MÍNIMO 2,5 CM DE LARGURA, A TOLERÂNCIA PARA A LARGURA DO ELÁSTICO É DE 5% (+/-); REBATIDO COM 2 COSTURAS NA MÁQUINA GALONEIRA E ACABAMENTO DA BARRA DA BERMUDA TAMBÉM COM 2 COSTURAS NA MÁQUINA GALONEIRA. CONJUNTO TODO NA COR VERDE CLARO PANTONE 13-0117. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO. APRESENTAR ETIQUETA DE COMPOSIÇÃO DO PRODUTO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO INMETRO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM</p>	CONJUNTO	5.625	R\$ 51,99	R\$ 292.443,75	Ampla Concorrência
-----	--	----------	-------	-----------	----------------	--------------------

105	CONJUNTO PIJAMA UNISSEX INFANTIL- EM MALHA FRIA(PV – 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE) TAMANHO 8 ANOS- DESCRIÇÃO DO MODELO: CAMISETA COM GOLA CARECA FEITA DE RIBANA, COM 2 CM DE LARGURA ACABADA, SEM ESCRITA, RETILÍNEA EM FIO 100% POLIÉSTER E REBATIDA COM 2 COSTURAS EM MÁQUINA GALONEIRA, COM MANGA CURTA E BARRAS DA MANGA E DA CAMISETA ABANHADAS COM 2 COSTURAS EM MÁQUINA GALONEIRA. BERMUDA COM ELÁSTICO NA CINTURA DE NO MÍNIMO 2,5 CM DE LARGURA, A TOLERÂNCIA PARA A LARGURA DO ELÁSTICO É DE 5% (+/-); REBATIDO COM 2 COSTURAS NA MÁQUINA GALONEIRA E ACABAMENTO DA BARRA DA BERMUDA TAMBÉM COM 2 COSTURAS NA MÁQUINA GALONEIRA. CONJUNTO TODO NA COR VERDE CLARO PANTONE 13-0117. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO. APRESENTAR ETIQUETA DE COMPOSIÇÃO DO PRODUTO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO INMETRO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM	CONJUNTO	1.875	R\$ 51,99	R\$ 97.481,25	Cota Reservada para ME/EPP
106	COTONETE - HASTES FLEXIVEIS , PONTA DE ALGODÃO QUE NÃO SOLTEM FIAPO , TRATAMENTO ANTIGERME - CAIXA C/ NO MÍNIMO 75 UNIDADES. DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, POSSUIR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.PACOTE COM 12 CAIXASCATÁLOGO COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM	PACOTE	1.200	R\$ 4,00	R\$ 4.800,00	Exclusivo para ME/EPP
107	TATAME GROSSO – TATAME EM CORES DIVERSAS COM BORDAS DE ACABAMENTO PARA ENCAIXAR, DIMENSÕES MÍNIMAS: 1M X 1M – ESPESSURA MÍNIMA: 20MM - COMPOSIÇÃO: EVA EMBORRACHADO, TEXTURA ANTIDERRAPANTE.APRESENTAR	UNID	500	R\$ 98,00	R\$ 49.000,00	Exclusivo para ME/EPP

	TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM					
108	CADEIRA DE DESCANSO DO BEBÊ – COM 2 MODOS: -MODO BALANÇO - CADEIRA RECLINADA PARA CRIANÇAS ATÉ 6 MESES (OU 7KGS). - MODO VERTICAL - CADEIRA EM POSIÇÃO VERTICAL PARA CRIANÇAS QUE JÁ SENTAM SOZINHAS (ATÉ 18 KGS). - APRESENTAR CINTO DE SEGURANÇA DE 3 PONTOS. - APRESENTAR ALÇA REMOVÍVEL COM BRINQUEDOS DIVERTIDOS ATÓXICOS E LIVRE DE BPA. - APRESENTAR AJUSTE PARA FUNÇÃO BALANÇO COM TRAVA. - DEVE SER TODO ACOLCHOADO COM ESTAMPAS DIVERTIDAS, REMOVÍVEL PARA LIMPEZA - APRESENTAR CERTIFICADO EM CONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS DO INMETRO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM	UND	2700	R\$ 280,33	R\$ 756.891,00	Ampla Concorrência
109	CADEIRA DE DESCANSO DO BEBÊ – COM 2 MODOS: -MODO BALANÇO - CADEIRA RECLINADA PARA CRIANÇAS ATÉ 6 MESES (OU 7KGS). - MODO VERTICAL - CADEIRA EM POSIÇÃO VERTICAL PARA CRIANÇAS QUE JÁ SENTAM SOZINHAS (ATÉ 18 KGS). - APRESENTAR CINTO DE SEGURANÇA DE 3 PONTOS. - APRESENTAR ALÇA REMOVÍVEL COM BRINQUEDOS DIVERTIDOS ATÓXICOS E LIVRE DE BPA. - APRESENTAR AJUSTE PARA FUNÇÃO BALANÇO COM TRAVA. - DEVE SER TODO ACOLCHOADO COM ESTAMPAS DIVERTIDAS, REMOVÍVEL PARA LIMPEZA - APRESENTAR CERTIFICADO EM CONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS DO INMETRO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM	UND	900	R\$ 280,33	R\$ 252.297,00	Cota Reservada para ME/EPP

110	<p>CADEIRA DE ALIMENTAÇÃO- DESCRIÇÃO : CADEIRA ALTA DE ALIMENTAÇÃO INFANTIL DOBRÁVEL, COM BANDEJA REMOVÍVEL, CORES A COMBINAR. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS: • ALTURA: 1050 MM +/- 50 MM; • LARGURA: 560 MM +/- 50 MM; • PROFUNDIDADE: 680 MM +/- 50 MM; • PROTEÇÃO LATERAL: MÍNIMO DE 140 MM, MEDIDOS DO TOPO DA PROTEÇÃO LATERAL À SUPERFÍCIE DO ASSENTO; • ALTURA DO ENCOSTO: MÍNIMA DE 250 MM, MEDIDOS NA POSIÇÃO VERTICAL; • ÂNGULO DO ENCOSTO: MÍNIMO 60° EM RELAÇÃO À HORIZONTAL (SE MENOR O COMPRIMENTO MÍNIMO DO ENCOSTO DEVE SER DE 400 MM); • BORDA FRONTAL DO ASSENTO: RAIOS MÍNIMO DE 5 MM. CARACTERÍSTICAS: • SUPPORTA ATÉ 15 KG; • CADEIRA DOBRÁVEL, COM ESTRUTURA TUBULAR DE SEÇÃO CIRCULAR EM AÇO CARBONO; • ASSENTO E ENCOSTO ACOLCHOADOS COM ESPUMA REVESTIDA DE LONA VINÍLICA LAMINADA COM TECIDO; • BRAÇOS OU DISPOSITIVO PARA PROTEÇÃO LATERAL; • BANDEJA EM (PP) POLIPROPILENO INJETADO, NA COR BRANCA, REMOVÍVEL OU ARTICULADA COM BORDAS ARREDONDADAS NAS LATERAIS PARA RETENÇÃO DE LÍQUIDOS; • APOIO PARA OS PÉS EM (PP) POLIPROPILENO INJETADO, REMOVÍVEL OU ARTICULADO; • SAPATAS ANTIDERRAPANTES COM PARTES EM CONTATO COM O PISO EMBORRACHADAS. • CINTO TIPO SUSPENSÓRIO COM LARGURA MÍNIMA DE 25MM, DOTADO DE PONTOS DE RETENÇÃO ENTRE AS PERNAS, TIRAS SUBABDOMINAIS E TIRAS DE OMBRO. O SISTEMA DE FIXAÇÃO DO CINTO À CADEIRA DEVE ATENDER A REQUISITOS DE SEGURANÇA CONTRA QUEDAS E ASSEGURAR A ESTABILIDADE DA CRIANÇA. • PINTURA DOS ELEMENTOS METÁLICOS EM TINTA EM PÓ HÍBRIDA EPÓXI / POLIÉSTER, ELETROSTÁTICA, BRILHANTE, POLIMERIZADA EM ESTUFA,</p>	UND	278	R\$ 440,00	R\$ 122.320,00	Ampla Concorrência
-----	---	-----	-----	------------	----------------	-----------------------

	ESPESSURA MÍNIMA DE 40 MICROMETROS, COR A COMBINAR. GARANTIA: • MÍNIMA DE UM ANO A PARTIR DA DATA DA ENTREGA, CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR ANEXO A PROPOSTA DE PREÇOS CERTIFICADO DE COMPROVAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS PARÂMETROS DEFINIDOS PELO INMETRO DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 168 DE 13/04/2021 E SELO DE IDENTIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE COM O INMETRO NO PRODUTO					
111	CADEIRA DE ALIMENTAÇÃO- DESCRIÇÃO : CADEIRA ALTA DE ALIMENTAÇÃO INFANTIL DOBRÁVEL, COM BANDEJA REMOVÍVEL, CORES A COMBINAR. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS: • ALTURA: 1050 MM +/- 50 MM; • LARGURA: 560 MM +/- 50 MM; • PROFUNDIDADE: 680 MM +/- 50 MM; • PROTEÇÃO LATERAL: MÍNIMO DE 140 MM, MEDIDOS DO TOPO DA PROTEÇÃO LATERAL À SUPERFÍCIE DO ASSENTO; • ALTURA DO ENCOSTO: MÍNIMA DE 250 MM, MEDIDOS NA POSIÇÃO VERTICAL; • ÂNGULO DO ENCOSTO: MÍNIMO 60° EM RELAÇÃO À HORIZONTAL (SE MENOR O COMPRIMENTO MÍNIMO DO ENCOSTO DEVE SER DE 400 MM); • BORDA FRONTAL DO ASSENTO: RAIOS MÍNIMO DE 5 MM. CARACTERÍSTICAS: • SUPORTA ATÉ 15 KG; • CADEIRA DOBRÁVEL, COM ESTRUTURA TUBULAR DE SEÇÃO CIRCULAR EM AÇO CARBONO; • ASSENTO E ENCOSTO ACOLCHOADOS COM ESPUMA REVESTIDA DE LONA VINÍLICA LAMINADA COM TECIDO; • BRAÇOS OU DISPOSITIVO PARA PROTEÇÃO LATERAL; • BANDEJA EM (PP) POLIPROPILENO INJETADO, NA COR BRANCA, REMOVÍVEL OU ARTICULADA COM BORDAS ARREDONDADAS NAS LATERAIS PARA RETENÇÃO DE LÍQUIDOS; • APOIO PARA OS PÉS EM (PP) POLIPROPILENO INJETADO, REMOVÍVEL OU ARTICULADO; • SAPATAS ANTIDERRAPANTES COM PARTES EM CONTATO COM	UND	92	R\$ 440,00	R\$ 40.480,00	Cota Reservada para ME/EPP

	<p>O PISO EMBORRACHADAS. • CINTO TIPO SUSPENSÓRIO COM LARGURA MÍNIMA DE 25MM, DOTADO DE PONTOS DE RETENÇÃO ENTRE AS PERNAS, TIRAS SUBABDOMINAIS E TIRAS DE OMBRO. O SISTEMA DE FIXAÇÃO DO CINTO À CADEIRA DEVE ATENDER A REQUISITOS DE SEGURANÇA CONTRA QUEDAS E ASSEGURAR A ESTABILIDADE DA CRIANÇA. • PINTURA DOS ELEMENTOS METÁLICOS EM TINTA EM PÓ HÍBRIDA EPÓXI / POLIÉSTER, ELETROSTÁTICA, BRILHANTE, POLIMERIZADA EM ESTUFA, ESPESSURA MÍNIMA DE 40 MICROMETROS, COR A COMBINAR. GARANTIA: • MÍNIMA DE UM ANO A PARTIR DA DATA DA ENTREGA, CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR ANEXO A PROPOSTA DE PREÇOS CERTIFICADO DE COMPROVAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS PARÂMETROS DEFINIDOS PELO INMETRO DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 168 DE 13/04/2021 E SELO DE IDENTIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE COM O INMETRO NO PRODUTO</p>					
112	<p>POMADA PARA ASSADURA - POMADA PARA PREVENÇÃO DE ASSADURAS. PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR FÓRMULA QUE PROTEJA O BEBÊ DAS ASSADURAS, MANTENDO A HIDRATAÇÃO NATURAL DA PELE, ATRAVÉS DO ESTABELECIMENTO DE UMA BARREIRA MECÂNICA ENTRE A PELE DO BEBÊ, A URINA E AS FEZES, EVITANDO QUE ESTAS ENTREM EM CONTATO COM A PELE, CAUSANDO ASSADURAS. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR CHEIRO AGRAVÁVEL E SER FÁCIL DE ESPALHAR E DE REMOVER. EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 60 GR, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. PRODUTO DEVERÁ SER DERMATOLOGICAMENTE TESTADO. QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS: BEPANTOL, HIPOGLÓS</p>	UNID	6.480	R\$ 26,52	R\$ 171.849,60	Ampla Concorrência

	E DERMODEX PREVENT. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. APRESENTAR CATÁLOGO COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM					
113	POMADA PARA ASSADURA - POMADA PARA PREVENÇÃO DE ASSADURAS. PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR FÓRMULA QUE PROTEJA O BEBÊ DAS ASSADURAS, MANTENDO A HIDRATAÇÃO NATURAL DA PELE, ATRAVÉS DO ESTABELECIMENTO DE UMA BARREIRA MECÂNICA ENTRE A PELE DO BEBÊ, A URINA E AS FEZES, EVITANDO QUE ESTAS ENTREM EM CONTATO COM A PELE, CAUSANDO ASSADURAS. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR CHEIRO AGRADÁVEL E SER FÁCIL DE ESPALHAR E DE REMOVER. EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 60 GR, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. PRODUTO DEVERÁ SER DERMATOLOGICAMENTE TESTADO. QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS: BEPANTOL, HIPOGLÓS E DERMODEX PREVENT. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. APRESENTAR CATÁLOGO COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM	UNID	2.160	R\$ 26,52	R\$ 57.283,20	Cota Reservada para ME/EPP
114	TRAVESSEIRO INFANTIL-ANTIALERGICO E ANTIÁCARO, ESTRUTURA COM ORIFÍCIOS QUE PERMITA A CIRCULAÇÃO DO AR, COM CAPA REMOVÍVEL TECIDO 100% ALGODÃO DIMENSÕES MÍNIMAS DO PRODUTO 30 X 40X5 CM. INDICADO PARA CRIANÇAS ACIMA DE 2 ANOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO. APRESENTAR ETIQUETA DE COMPOSIÇÃO NO PRODUTO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA	UNID	3.750	R\$ 41,23	R\$ 154.612,50	Ampla Concorrência

	EMBALAGEM.APRESENTAR CATÁLOGO COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO					
115	TRAVESSEIRO INFANTIL- ANTIALERGICO E ANTIÁCARO, ESTRUTURA COM ORIFÍCIOS QUE PERMITA A CIRCULAÇÃO DO AR, COM CAPA REMOVÍVEL TECIDO 100% ALGODÃO DIMENSÕES MÍNIMAS DO PRODUTO 30 X 40X5 CM. INDICADO PARA CRIANÇAS ACIMA DE 2 ANOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO. APRESENTAR ETIQUETA DE COMPOSIÇÃO NO PRODUTO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM.APRESENTAR CATÁLOGO COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO	UNID	1.250	R\$ 41,23	R\$ 51.537,50	Cota Reservada para ME/EPP
116	FRONHA PARA TRAVESSEIRO INFANTIL- EM MALHA 100% ALGODÃO, MÍNIMO DE 40 CM X 50CM, COM ABA INTERNA (GAVETA), 30/1 FIOS PENTEADOS, GRAMATURA MÍNIMA DE 135G/M² LISO NAS CORES AMARELO CLARO E AZUL CLARO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO.APRESENTAR ETIQUETA DE COMPOSIÇÃO NO PRODUTO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM. APRESENTAR CATÁLOGO COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO	UNID	5.000	R\$ 8,95	R\$ 44.750,00	Exclusivo para ME/EPP
117	COPO DE TRANSIÇÃO/TREINAMENTO PARA O BEBÊ- CORPO EM POLIPROPILENO OU EM OUTRO MATERIAL DE QUALIDADE EQUIVALENTE COM BOCAL/BEBEDOR EM MATERIAL MACIO, POSSUIR VÁLVULA COM SISTEMA ANTIVAZAMENTO PARA QUE O LÍQUIDO SÓ SAIA MEDIANTE SUCÇÃO. APRESENTAR ALÇAS PARA FACILITAR O MANUSEIO. DIMENSÕES APROXIMADAS : 2,54 X 2,54 X 2,54 CM; 90 G.APRESENTAR COMPROVAÇÃO DE BPA FREE E CATÁLOGO COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO	UNID	3.600	R\$ 15,31	R\$ 55.116,00	Exclusivo para ME/EPP

	PRODUTO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM					
118	BABADOR IMPERMEÁVEL PARA BEBÊ – EM SILICONE COM BOLSO COLETOR E AJUSTÁVEL COM BOTÃO NO PESCOÇO. APRESENTAR CATÁLOGO COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM	UNID	3.600	R\$ 14,79	R\$ 53.244,00	Exclusivo para ME/EPP
119	BOLAS SENSORIAIS- CONJUNTO DE BOLAS MULTICOLORIDAS COM DIFERENTES TEXTURAS PARA BEBÊS, PACOTE COM NO MÍNIMO 4 BOLAS. EM MATERIAL PLÁSTICO NÃO TÓXICO, COM TOQUE MACIO, FACILITANDO AMASSAR E APERTAR. DEVE SER CERTIFICADO PELO INMETRO. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA CATÁLOGO COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO E TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM.	PACOTE	500	R\$ 40,95	R\$ 20.475,00	Exclusivo para ME/EPP
VALOR TOTAL R\$						R\$ 9.484.675,20

2.4. Não havendo vencedor para a **Cota Principal** esta poderá ser adjudicada ao vencedor da **Cota Reservada**, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, de forma sucessiva, desde que pratique o preço do primeiro colocado da cota reservada.

2.5. Se a mesma empresa vencer a **Cota Reservada** e a **Cota Principal**, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado pela empresa, conforme §3º do art. 8º do Decreto Federal nº 8.538/15.

2.6. Por se tratar de fornecimento parcelado, deverá ter prioridade nas aquisições os produtos ofertados decorrentes da Cota Reservada, salvo, os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou condições do pedido (Art. 8º, §4º do Decreto 8.538/15).

2.7. Os quantitativos indicados são estimativos podendo a PMC executá-los no todo ou em parte conforme necessidade de consumo e capacidade de armazenamento gerenciada pela respectiva Secretaria, respeitados os limites legais de redução e acréscimo.

2.8. Os quantitativos estimados por órgão/entidade participante serão divididos conforme detalhado a seguir:

ITEM	SAS	SMS	SEDUC	TOTAL
1 e 2	660	5.000	0	5.660
3	660	0	0	660
4	660	0	0	660
5 e 6	660	6000	0	6.660
7 e 8	660	3000	0	3.660
9	660	0	0	660
10	660	0	0	660

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SAD

UNIDADE DE CONTRATAÇÃO – G (UC-G)

11	660	5000	0	5.660
12	180	0	0	180
13	140	0	0	140
14	40	0	0	40
15 e 16	210	5000	0	5.210
17	60	2000	0	2.060
18	30	0	0	30
19	60	0	0	60
20	100	2000	0	2.100
21	60	0	0	60
22	300	0	0	300
23	30	0	0	30
24	30	0	0	30
25	30	0	0	30
26	30	0	0	30
27	30	0	0	30
28	180	0	0	180
29	30	0	0	30
30	30	0	0	30
31	30	0	0	30
32	30	0	0	30
33	30	0	0	30
34	250	0	0	250
35	40	0	0	40
36	40	0	0	40
37	50	0	0	50
38	250	0	0	250
39	60	0	0	60
40	40	0	0	40
41	10	0	0	10
42	1000	0	0	1.000
43	20	0	0	20
44	50	0	0	50
45	100	0	0	100
46	50	0	0	50
47	50	0	0	50
48	30	0	0	30
49	0	0	3600	3.600
50	0	0	2000	2.000
51	0	0	3000	3.000
52	0	0	3000	3.000
53	0	0	3000	3.000
54 e 55	0	0	45000	45.000
56	0	0	750	750
57	0	0	30000	30.000
58	0	0	20000	20.000
59 e 60	0	0	30000	30.000
61	0	0	80	80
62 e 63	0	0	2000	2.000
64 e 65	0	0	5000	5.000
66 e 67	0	0	10000	10.000
68 e 69	0	0	10000	10.000
70 e 71	0	0	10000	10.000
72 e 73	0	0	4000	4.000
74 e 75	0	0	15000	15.000
76	0	0	200	200
77	0	0	4000	4.000
78	0	0	8000	8.000

79	0	0	8000	8.000
80	0	0	2000	2.000
81 e 82	0	0	5000	5.000
83 e 84	0	0	8000	8.000
85 e 86	0	0	4000	4.000
87 e 88	0	0	4000	4.000
89 e 90	0	0	4000	4.000
91	0	0	5000	5.000
92	0	0	5000	5.000
93	0	0	1000	1.000
94	0	0	1000	1.000
95 e 96	0	0	6000	6.000
97	0	0	4000	4.000
98	0	0	8000	8.000
99	0	0	2000	2.000
100 e 101	0	0	3000	3.000
102 e 103	0	0	7500	7.500
104 e 105	0	0	7500	7.500
106	0	0	1200	1.200
107	0	0	500	500
108 e 109	0	0	3600	3.600
110 e 111	0	0	370	370
112 e 113	0	0	8640	8.640
114 e 115	0	0	5000	5.000
116	0	0	5000	5.000
117	0	0	3600	3.600
118	0	0	3600	3.600
119	0	0	500	500

2.9. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

3. DO VALOR ORÇADO (MÁXIMO ADMITIDO)

3.1. O Valor Total Orçado (máximo admitido) para a Contratação, é de **R\$ 9.484.675,20 (nove milhões e quatrocentos e oitenta e quatro mil e seiscentos e setenta e cinco reais e vinte centavos)**.

3.2. O preço final unitário e total propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar os preços unitários e totais apurados pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

3.3. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. Os recursos financeiros para fazer face às despesas decorrentes da contratação encontram-se no item 9 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital

5. DOS COMPONENTES DESTA EDITAL

5.1. Constituem anexos deste Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes anexos:

- 5.1.1. Termo de Referência; (ANEXO I).
- 5.1.2. Modelo de Proposta de preços (ANEXO II).
- 5.1.3. Modelo de Declarações; (ANEXO III).
- 5.1.4. Minuta de ARP (ANEXO IV)

5.1.5. Minuta de Contrato. (ANEXO V).

6. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

6.1. O certame será conduzido pelo **AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO** que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- 6.1.1. Acompanhar os trabalhos da equipe de planejamento e contratação;
- 6.1.2. Responder as questões formuladas pelos interessados, relativas ao certame;
- 6.1.3. Abrir as propostas de preços;
- 6.1.4. Analisar a aceitabilidade das propostas;
- 6.1.5. Desclassificar propostas indicando os motivos;
- 6.1.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- 6.1.7. Verificar a habilitação da LICITANTE classificada em primeiro lugar;
- 6.1.8. Declarar a vencedora;
- 6.1.9. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- 6.1.10. Elaborar a ata da sessão;
- 6.1.11. Encaminhar o processo à autoridade superior para adjudicar e homologar a licitação.

6.2. Do Credenciamento:

6.2.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

6.2.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

6.2.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Caruaru/PE, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

6.2.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

6.2.5. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

6.2.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema da **PLATAFORMA DA LICITAÇÃO** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar deste Certame:

7.1.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de processamento deste certame.

7.1.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema, se for exigido.

7.1.3. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

7.1.4. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.1.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.2. Não poderão participar desta licitação:

7.2.1. Empresa suspensa ou impedida de participar de licitação e impedida de contratar com o Município de Caruaru-PE, durante o prazo da sanção aplicada;

7.2.2. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

7.2.3. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998;

7.2.4. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;

7.2.5. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.133/2021;

7.2.6. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório;

7.2.7. Empresa que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.2.8. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

7.2.9. Interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;

7.2.10. Interessados que tenham em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

7.2.11. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

7.2.12. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação. As licitantes que estiverem em recuperação judicial devem, na fase de habilitação, apresentar o plano de recuperação já homologado em juízo, devendo este ser comprovado por certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir com as obrigações a serem assumidas.

7.2.13. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário)

7.2.14. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

7.2.15. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

7.3. Como condição para participação neste Pregão Eletrônico, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

7.3.1. Que não incorro nas condições do art. 14 da Lei Federal nº. 14.133/2021;

7.3.2. Que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº. 14.133/2021;

7.3.3. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133/2021;

7.3.4. Que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

7.3.5. Que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº. 14.133/2021;

7.3.6. Que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº. 14.133/2021;

7.3.7. Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº. 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º. Da Constituição Federal/88.

7.3.8. Que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 11º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

7.3.9. Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOPERATIVA, conforme a Lei Complementar nº.123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência. () sim, ME; () sim, EPP; () não, outros enquadramentos.

7.3.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

7.4. Em havendo dúvidas sobre o enquadramento da(s) licitante(s) na condição de Microempresa(s) - ME ou Empresa(s) de Pequeno Porte - EPP, poderá a Administração Municipal, a critério exclusivo do **Agente de Contratação/Pregoeiro**, realizar pesquisas pertinentes nos sistemas de pagamentos da Administração Pública, e/ou solicitar da(s) participante(s) a apresentação de documentos contábeis aptos a demonstrar a correção e veracidade de sua declaração para qualificação como ME ou EPP, para fins de usufruir dos benefícios da LC 123/2006.

7.4.1. A mera participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada em declaração falsa, configurará fraude à presente licitação e ensejará a aplicação das penalidades previstas na lei, não sendo necessário, para a configuração do ilícito, que a empresa obtenha a vantagem esperada.

7.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

8. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006)

8.1. Uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.3. A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

9.1.1. Valor **UNITÁRIO** do item.

9.1.2. Marca dos produtos ofertados, à qual ficará vinculado.

9.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, prazo de validade ou de garantia;

9.1.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.2. Ao preencher as especificações, será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços ou sobre fornecimento de bens.

9.4. Os encargos trabalhistas acima declarados como inclusos na proposta compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.6. As propostas deverão ter validade de, no mínimo, **90 (noventa) dias**, contados da data de abertura da sessão pública a ser estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de declaração da licitante.

9.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

9.8. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma deste Pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio da proposta de preços.

10.2. O envio da proposta, dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha, intransferíveis.

10.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.4. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

10.5. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do **Agente de Contratação/Pregoeiro** e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10.6. Os documentos de habilitação serão solicitados do licitante previamente classificado.

10.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, conduzida pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**, na data e horário local indicados no preâmbulo deste Edital, no sistema eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

11.2. O **Agente de Contratação/Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

11.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o **Agente de Contratação/Pregoeiro** e os licitantes.

11.7. É de responsabilidade do licitante todas as transações efetuadas em seu nome, especialmente o cadastramento de proposta e o oferecimento de lances, ainda que o acesso ao sistema seja realizado por terceiros.

11.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.8.1. O lance deverá ser ofertado pelo MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM.

11.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.10.1. A **licitante** poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

11.11. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

11.12. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

11.13. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021.

11.13.1. Caso a situação de empate real não tenha sido dirimida por nenhum dos critérios do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, antes da fase de julgamento, o sistema irá realizar o sorteio de forma automática, conforme Instrução Normativa Sages/MGI nº 79 de 12 de setembro de 2024.

11.14. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

11.15. Durante a fase de lances, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

11.16. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores **inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor** orçado pela Administração

11.17. Se ocorrer a desconexão do **Agente de Contratação/Pregoeiro** no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.18. No caso de a desconexão do **Agente de Contratação/Pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

11.19. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “**ABERTO**”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.20. Do modo de disputa aberto seguirá a seguinte ordem de etapas:

11.20.1. A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública;

11.20.2. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, 1,0% (um por cento), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

11.20.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

11.20.4. Preenchido o requisito definido nesta subcondição, caso o Agente de Contratação/Pregoeiro decida não reiniciar a disputa aberta, deverá apresentar as justificativas que fundamentaram essa decisão.

11.20.5. Ocorrendo o reinício previsto nesta subcondição, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar lance de valor inferior.

11.20.6. Encerrada a etapa de que trata o subitem 11.19.5. o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente, de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento adotado de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento de **MENOR PREÇO UNITÁRIO, POR ITEM**.

11.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

12. DA NEGOCIAÇÃO

12.1. Após o encerramento da fase de disputa, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo fixado para a contratação.

12.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

12.3. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

12.4. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo fixado para a contratação, será desclassificada da licitação.

12.5. Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

12.6. No caso previsto no item 12.4, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

12.7. O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

13.1. A licitante mais bem classificada deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo II – Modelo de Proposta de Preços, em arquivo único, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da convocação efetuada pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro** por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema www.gov.br/compras/pt-br.

13.1.1. A prorrogação de prazo de envio da proposta somente poderá ocorrer por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade.

13.2. O **Agente de Contratação/Pregoeiro** verificará no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, e no Portal da Transparência do Poder Judiciário, no endereço eletrônico www.transparencia.stj.jus.br, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante mais bem classificada, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, conforme art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006.

13.3. O **Agente de Contratação/Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

13.4. O **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Caruaru ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

13.4.1. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.4.2. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

13.4.3. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado.

13.4.4. Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor global quanto os valores unitários estimativos da contratação.

13.5. Será desclassificada a propostas que:

13.5.1. Contiver vícios insanáveis;

13.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital;

13.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

13.5.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Agente da Contratação;

13.5.4.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

13.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável;

13.5.6. Apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;

13.5.7. Não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

13.6. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

13.7. Se a proposta não for aceitável, se a licitante não atender às exigências de habilitação, ou, ainda, se a amostra for rejeitada, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

13.8. Classificada a proposta, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

14. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

14.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação **apenas da licitante** cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

14.2. Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de **02 (duas) horas** corridas, prorrogável por igual período, contado a partir da convocação do Agente de Contratação.

14.2.1. A prorrogação de prazo de envio da documentação somente poderá ocorrer por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade.

14.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.3.1. Sistema de Cadastramento de Fornecedores;

14.3.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

14.4. Constatada a existência de sanção que impeça a participação ou contratação, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

14.5. Os documentos declaratórios, incluindo a proposta, serão aceitos após o encaminhamento em campo do sistema ou por e-mail, a partir de endereço de correio eletrônico cadastrado no sistema e próprio do licitante. Havendo dúvida em relação à integridade do documento digital, poderá ser solicitada pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro** a apresentação do original.

14.6. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar **deverá apresentar** os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

14.7. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

14.7.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

14.7.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

14.7.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

14.7.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

14.7.5. Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

14.7.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

14.7.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

14.7.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.8. HABILITAÇÃO TÉCNICA:

14.8.1. Não será exigida, para fins de habilitação, a apresentação de documentos de qualificação técnica pelos licitantes, tendo em vista que o objeto da presente contratação consiste no fornecimento de bens comuns padronizados, amplamente disponíveis no mercado, cuja execução não demanda aptidão técnica especializada do fornecedor além daquela ordinariamente necessária ao exercício regular de atividade comercial compatível com o objeto.

14.8.2. A opção pela não exigência de qualificação técnica observa o disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, considerando que eventual exigência somente se justifica quando indispensável à garantia do cumprimento das obrigações contratuais, hipótese não verificada no presente caso.

14.8.3. A ausência de exigência de qualificação técnica não afasta a obrigação de os produtos ofertados atenderem integralmente às especificações técnicas, certificações, homologações e requisitos de conformidade previstos neste Termo de Referência.

14.9. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

Os documentos relativos as documentações fiscais só serão exigidas do licitante vencedor no momento da entrega da proposta ajustada, sendo:

14.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);

14.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

14.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

14.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

14.9.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.9.6. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.9.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

14.10. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

14.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

14.10.1.1. Nos casos em que a Certidão de Falência apresentada no certame não abranger os processos distribuídos de forma eletrônica, a exemplo do Estado de Pernambuco, a empresa deverá apresentar, na forma do Art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Certidão Negativa também referente aos Processos Eletrônicos.

14.10.2. Caso o licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os itens/lotos em que seja classificado provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração definir, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada item/lote, os respectivos itens/lotos para os quais o licitante será habilitado.

14.10.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, ou, na hipótese **de inversão de fases**, da classificação final dos licitantes, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.10.4. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.10.5. Será inabilitado a licitante que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

14.10.6. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

14.10.7. Para fins de habilitação, a verificação pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro** nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova.

14.10.8. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de **90 (noventa) dias** contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de **180 (cento e oitenta) dias** da sua expedição.

14.10.9. Verificado o atendimento de todas as exigências contidas neste Edital e nos seus Anexos, a licitante será **DECLARADA VENCEDORA** do certame.

14.10.10. O Sistema lavrará ata circunstanciada da reunião, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**.

14.10.11. A habilitação poderá ser verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

14.11. Os documentos necessários para comprovar a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, previstos nos incisos I a VI do caput e nos §§ 1º e 2º do artigo 68 da Lei n. 14.133/2021, caso não estejam contemplados no Sicaf, e a documentação comprobatória das exigências de qualificação econômico-financeira e técnica da licitante, além de condições adicionais, eventualmente detalhadas nos itens a seguir, deverão ser enviados por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema www.gov.br/compras/pt-br, quando solicitados pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**.

14.12. O **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das **licitantes**.

14.12.1. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema www.gov.br/compras/pt-br poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**.

14.12.2. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Unidade de Contratação – UC-G, situada no **Centro Administrativo I**, localizado na Rua Professor Lourival Vilanova, nº 118 – Universitário, Caruaru/PE.

14.13. Os documentos originais eletrônicos devem ser assinados por meio de certificado digital pertencente à cadeia de chaves públicas ICP-Brasil e apresentados conforme item anterior.

14.14. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.15. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.16. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

15. DA AMOSTRA

15.1. As regras relativas à necessidade de apresentação de amostras estão estabelecidas no item 6 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

16. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

16.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o **Agente de Contratação/Pregoeiro**, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

16.2. Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

16.3. Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado ou qualquer outro documento ou informação exigida não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

16.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

16.5. A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o **Agente de Contratação/Pregoeiro** a fazer exigências novas não previstas no edital.

16.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via plataforma do **Portal de Compras do Governo Federal** (www.gov.br/compras/pt-br), ou para o e-mail indicado no Preâmbulo deste Edital no caso de funcionalidade técnicas não permitam a anexação no referido sistema, no prazo de **01 (um) dia útil**, se outro prazo não for fixado pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**, observado em todos os casos os princípios da celeridade processual e o interesse público.

16.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no **Portal de Compras do Governo Federal** (www.gov.br/compras/pt-br), com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1. Os esclarecimentos de dúvidas quanto a este Edital e seus anexos poderão ser solicitados por qualquer pessoa até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser feitos em campo próprio do sistema de disputa.

17.2. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados vincularão os participantes e a Administração e serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.4. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

17.5. O **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

18. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

18.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de **10 (dez) minutos**, registrar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, ao final da fase de julgamento e do ato de habilitação ou inabilitação.

18.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir do momento da declaração do(s) vencedor(es).

- 18.3. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.
- 18.4. A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.
- 18.5. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 18.6. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 18.7. As decisões dos recursos da fase de habilitação serão divulgadas no sistema do **Portal de Compras do Governo Federal** (www.gov.br/compras/pt-br).
- 18.8. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.
- 18.9. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.
- 18.10. Verificada a regularidade dos procedimentos, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.
- 18.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
- 18.12. Após a fase recursal, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá negociar diretamente com a LICITANTE VENCEDORA, no sentido de se obter o melhor preço para a Administração.

19. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 19.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 19.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 19.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 19.2. A Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 19.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail ou publicação em diário oficial do município, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 19.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **Portal de Compras do Governo Federal** (www.gov.br/compras/pt-br) na proposta/documentação de habilitação apresentada nos autos pela licitante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

20. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

20.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade competente, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

20.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

21. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. O município de Caruaru-PE, através da Secretaria de Administração, é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços, o gerenciamento da Ata de Registro de Preços será responsabilidade da **Secretaria de Educação e Esportes – SEDUC**.

21.2. Será permitida a adesão de órgãos ou entidades não participantes à Ata de Registro de Preços, nos termos do item 18 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

21.3. A licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste Edital.

21.4. Por ocasião da homologação da licitação, com o objetivo de formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da Ata de Registro de Preços, será nela incluído, na forma de anexo, o registro:

21.4.1. Das licitantes não desclassificadas que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da adjudicatária, observada a classificação na licitação; e

21.4.2. Das licitantes não desclassificadas que mantiverem sua proposta original.

21.5. Homologado o resultado deste Pregão, a licitante mais bem classificada será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação.

21.5.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante solicitação da licitante mais bem classificada, desde que ocorra motivação apresentada dentro do prazo e a justificativa seja aceita pelo Município de Caruaru-PE.

21.5.2. Na hipótese de a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, fica facultado ao Município de Caruaru-PE convocar as licitantes remanescentes do cadastro de reserva para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pela primeira classificada.

21.5.2.1. Caso as licitantes remanescentes não aceitem a contratação no mesmo prazo de convocação e nas condições propostas pela primeira classificada, o Município de Caruaru-PE poderá negociar preço melhor, ainda que acima do ofertado pela adjudicatária.

21.5.2.2. Quando frustrada a negociação, o Município de Caruaru-PE poderá adjudicar e contratar nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes.

21.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

21.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

21.8. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas no art. 36 do Decreto Municipal n. 035/2024.

21.8.1. Nessa hipótese, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata, facultando-se à Administração, independentemente do cancelamento da Ata e a qualquer tempo, iniciar outro processo licitatório.

21.9. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o **fornecedor** para negociar a redução do preço registrado.

21.9.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o **fornecedor** será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

21.9.2. Na hipótese prevista na subcondição anterior, o órgão gerenciador convocará as **licitantes remanescentes** do cadastro de reserva, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

21.10. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o compromisso firmado não puder ser cumprido, o **fornecedor** poderá requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço registrado.

21.10.1. O **fornecedor** encaminhará, juntamente ao pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

21.10.2. Caso o pedido seja deferido, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados no mercado.

21.10.3. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o **fornecedor** deverá cumprir o compromisso assumido, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei n. 14.133/2021.

21.10.3.1. Se houver o cancelamento do registro do **fornecedor**, o órgão gerenciador convocará as **licitantes remanescentes** do cadastro de reserva, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

21.11. Não havendo êxito nas negociações relativas aos ajustes aos valores praticados no mercado, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

21.12. O registro do **fornecedor** será cancelado e formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando este:

21.12.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;

21.12.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

21.12.3. Não aceitar manter o seu preço registrado, na hipótese de indeferimento do pedido de alteração pelo órgão gerenciador, não comprovando a existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado em relação ao praticado no mercado;

21.12.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

21.12.5. Caso a sanção aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, manter o registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

21.13. Qualquer convocação de **licitantes remanescentes** do cadastro de reserva deverá observar a ordem de classificação, a compatibilidade dos preços registrados com o valor estimativo da contratação e as exigências de habilitação e de aceitabilidade da proposta previstas no Edital.

21.14. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão gerenciador, na Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

21.14.1. Por razão de interesse público;

21.14.2. A pedido do **fornecedor**, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

21.14.3. Se não houver êxito nas negociações para alteração dos preços registrados aos praticados no mercado.

21.15. Em qualquer das hipóteses anteriores que impliquem a alteração da Ata de Registro de Preços, concluídos os procedimentos de ajuste, o Município de Caruaru-PE fará o devido apostilamento na Ata e informará às **licitantes** a nova ordem de classificação.

21.16. A Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação será encerrada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência ou pela contratação da totalidade do objeto nela registrado.

22. DO CONTRATO

22.1. Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o **fornecedor registrado** poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para retirar a nota de empenho, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

22.2. Os encargos das partes bem como as normas relativas a recebimento do objeto, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do termo de referência em anexo a este Edital.

22.3. O prazo para retirada da nota de empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo **fornecedor registrado** durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Caruaru-PE.

22.4. Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á por meio do Sicafe e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

22.5. Quando a licitante convocada não retirar a nota de empenho, no prazo e nas condições estabelecidas, outra licitante poderá ser convocada, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, nas condições propostas pela licitante vencedora.

22.5.1. Caso nenhuma das licitantes aceite a contratação nos termos descritos na condição acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

22.5.2. Convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

22.5.3. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

22.6. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

22.7. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital.

22.8. Para contratação do objeto desta licitação será emitido Boleto Bancário - DAM pela Secretaria da Fazenda Municipal/SEFAZ para pagamento da taxa de serviços administrativos, instituída pelo Código Tributário Municipal, nos moldes da tabela abaixo:

CONTRATOS COM O MUNICÍPIO (EMIÇÃO, RENOVAÇÃO E/OU ADITIVOS)	TAXA CORRESPONDENTE
Até R\$ 2.000,00	UFM s 20
De R\$ 2.000,01 até 5.000,00	UFM s 30
De R\$ 5.000,01 até 10.000,00	UFM s 50
De R\$ 10.000,01 até 20.000,00	UFM s 100
De R\$ 20.000,01 até 50.000,00	UFM s 200
De R\$ 50.000,01 até 100.000,00	UFM s 300
A partir de R\$ 100.000,00	UFM s 500

***Cada UFM tem o valor atual de R\$ 3,99 (três reais, noventa e nove centavos).**

23. DO PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

23.1. As regras acerca do pagamento, reajuste do valor contratual e reequilíbrio econômico-financeiro estão estabelecidas no item 8 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

24. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA

24.1. Os prazos relativos à vigência da(s) ARP(s) e do(s) Contrato(s) oriundo(s) deste certame, estão estabelecidos no item 10 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

25. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

25.1. Os critérios de gestão e fiscalização estão previstos no item 11 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

26. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

26.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas nos itens 13 e 14 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

27. DA SUBCONTRATAÇÃO

27.1. Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente licitação, uma vez que foi constatado que a execução do fornecimento pretendido no certame pode ser prestado na sua integralidade por qualquer empresa do ramo, sem que se demande especialização, concentração de mercado ou racionalização de atividades que inviabilizem tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

28. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

28.1. As regras acerca das penalidades são as estabelecidas no 15 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

29. DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

29.1. As hipóteses relacionadas à extinção do contrato são aquelas previstas no Art. 137 e 138 da Lei 14.133/2021.

30. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

30.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração revogá-la, por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 e da Lei nº 14.133/2021.

30.2. A anulação do Pregão Eletrônico induz à do contrato.

30.3. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

30.4. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

30.5. A participação da licitante neste certame implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

30.6. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Termo de Referência, exceto se houver manifestação em contrário do **Agente de Contratação/Pregoeiro**, devidamente formalizada.

30.7. Em caso de divergência entre o Sistema e o Edital, **prevalece o Edital**.

30.8. Em caso de comprovação de que o fornecimento realizado/serviço prestado difere em qualquer aspecto do contratado, a Contratante poderá exigir a correção, sem qualquer ônus para si, e ainda deverá ser ressarcida de quaisquer prejuízos que a má prestação do serviço/fornecimento tenha lhe causado.

30.9. A contratada fica obrigada a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

30.10. O **Agente de Contratação/Pregoeiro** não se responsabilizará por informações que não lhe forem entregues ou que forem apresentadas em desacordo com o edital.

30.11. O **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá, em qualquer fase desta licitação, solicitar parecer(es) técnico(s) ao quadro de pessoal do Município de Caruaru/PE, ou ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas ao Órgão, visando subsidiar a tomada de decisão no âmbito deste certame.

30.12. **A Administração Municipal poderá, a qualquer tempo e a seu critério exclusivo, realizar visita in loco, inspeção ou medida equivalente perante à(s) licitante(s) e/ou contratada(s), visando comprovar as instalações físicas, maquinários/equipamentos ou situação concreta da(s) licitante(s) e/ou Contratada(s).**

30.13. Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133/2021 e demais normas que regem a matéria.

30.14. O Fornecedor fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

30.15. A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência da Administração Pública Municipal, sem prejuízo do disposto no art. 55, II, “a” e “b”, da Lei nº 14.133, de 2021.

30.16. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Caruaru/PE, com exclusão de qualquer outro.

30.17. O edital completo será disponibilizado para consulta e cópia na internet no endereço www.gov.br/compras/pt-br, no Portal da Transparência deste Município (<https://caruaru.pe.gov.br/portal-da-transparencia/>), podendo ser requisitado através do e-mail: ucg.caruaru@gmail.com, e, ainda, poderá ser consultado e/ou retirado na no Departamento de Licitações e Contratações de Caruaru/PE, localizado na Rua Professor Lourival Vilanova, nº 118 – Universitário, Caruaru/PE, CEP: 55.016-745, no horário das 08h00min às 14h00min.

Caruaru (PE), na data da assinatura eletrônica.

GILSON D'ANGELO DE QUEIROZ RODRIGUES
Agente de Contratação/Pregoeiro UC/G

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA**

O Termo de Referência, bem como os anexos que o integram, constam na Plataforma de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), bem como encontram-se disponibilizados para download junto ao edital no site do Município de Caruaru (<https://avisosdelicitacoes.caruaru.pe.gov.br/>), e ainda no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>).

Alternativamente, caso não seja possível o acesso pelos meios indicados acima, basta solicitar cópia por mensagem de correio eletrônico, através do endereço indicado na capa deste edital.

ANEXO II**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

AO
MUNICÍPIO DE CARUARU-PE
REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90178/2026 – UC-G
SRP 028/2026
OBJETO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
DATA DE ABERTURA: __/__/2026, ÀS __:__ HORAS.

A Empresa, inscrita no CNPJ (MF) n.º, estabelecida no(a)vem, perante este Pregoeiro, apresentar a seguinte proposta de preços para a prestação dos serviços supramencionados, conforme descrição abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO						

Valor total da proposta: R\$(valor por extenso)
Validade da proposta: **90 (noventa) dias**, conforme Edital;
Prazo de execução/vigência: **12 (doze) meses**, conforme Edital;
Prazo de entrega do objeto: **no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis**, conforme Edital;

Declaramos, para os devidos fins, que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive os tributos, taxas, custos com embalagens, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fretes, e quaisquer outros custos e despesas incidentes sobre a prestação dos serviços.

Declaramos que concordamos com todos os termos do edital.

DADOS PARA PAGAMENTO:

Banco:
Agência:
Conta:

Local,dede 2026.

Assinatura do representante legal da empresa
(identificação/nome/carimbo/etc)

ANEXO III

MODELOS DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

AO
MUNICÍPIO DE CARUARU-PE
REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90178/2026 – UC-G
SRP 028/2026
OBJETO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
DATA DE ABERTURA: ____/____/2026, ÀS ____:____ HORAS.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SDS/_____ e CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpriu o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

DECLARA que cumpriu as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específica;

DECLARA que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021.

DECLARA que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante.

LOCAL E DATA
ASSINATURA

_____ de _____ de 2026.

☞

Nome, Ass. e CNPJ.

Obs: Este documento deverá ser emitido em papel que identifique a licitante.

ANEXO IV**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****Pregão Eletrônico nº 90178/2026 – UC/G****SRP 028/2026 – UC/G****ARP Nº ____/2026 – UC/G**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CARUARU POR
INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE _____
E A EMPRESA _____ NOS TERMOS DAS
CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ABAIXO ESTIPULADAS:**

O **MUNICÍPIO DE CARUARU**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.091.536/0001-13, por intermédio da **SECRETARIA DE _____**, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a), _____, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** considerando o julgamento do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90178/2026 - UC/G** para **REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2026 - UC/G**, conforme **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 178/2026 - UC/G**; **RESOLVE Registrar os Preços** ofertados pela empresa _____, pessoa jurídica de direito privado (empresa individual), com sede na Rua _____, inscrita no CNPJ _____, aqui representada por seu representante legal _____, doravante denominado simplesmente de **FORNECEDOR REGISTRADO**; atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes as normas constantes da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 010/2024; pela LC nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, o de 2017, e mediante as condições a seguir expostas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE ARTIGOS TÊXTEIS, ITENS DE ENXOVAL INSTITUCIONAL E MATERIAIS DE USO DOMÉSTICO**, destinados ao atendimento das demandas do Fundo Municipal de Saúde/Secretaria Municipal de Saúde – SMS, do Fundo Municipal de Assistência Social/Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome – SAS e da Secretaria de Educação e Esportes – SEDUC, no âmbito da Prefeitura Municipal de Caruaru (PMC), pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações, exigências e quantidades constantes do Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

§ 1º. Compete ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** a prática de todos os atos de controle e de administração referentes às cláusulas estabelecidas nesta Ata.

§ 2º. A contratação com o **FORNECEDOR** registrado será formalizada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

§ 3º. A existência de preços registrados nesta Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas na proposta de preços são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO						

2.2. Os quantitativos estimados por órgão/entidade participante serão divididos conforme detalhado a seguir:

ITEM	SMS	SEDUC	SAS

§ 1º. No valor registrado estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento do objeto da presente Ata.

§ 2º. Poderá ser concedido o reequilíbrio econômico-financeiro quanto aos preços registrados, nos termos na alínea “d” do inciso II do artigo 124 da Lei nº 14.133, desde que os valores continuem mais vantajosos que os preços praticados no mercado e seja observado o disposto nos parágrafos 3º e 4º da Cláusula Sexta desta Ata.

§ 3º - A nota fiscal devidamente atestada deverá ser apresentada no setor contábil da sede de cada órgão ou entidade demandante, conforme o caso:

- **SEDUC** - Gerência Financeira, situada na Av. Cícero José Dutra, s/n, Bairro Petrópolis, Caruaru/PE;
- **SAS** - Praça Pedro de Souza, n.º 30 – Bairro: Nossa Senhora das Dores, Caruaru/PE, CEP: 55.002-110;
- **SMS** - Avenida Vera Cruz, nº 654, Bairro São Francisco, Caruaru/PE.

§ 4º. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo das despesas estabelecidas nesta Ata.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Em atendimento ao disposto no art. 86 da Lei nº 14.133/2021, será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços originada deste Termo de Referência, considerando a racionalização dos processos administrativos e a otimização do uso de recursos públicos.

3.2. A possibilidade de adesão justifica-se pela necessidade de garantir eficiência na gestão de compras públicas, permitindo que outros órgãos e entidades interessados usufruam das condições contratuais já estabelecidas. Dessa forma, evita-se a duplicidade de processos licitatórios, promovendo a economicidade, a padronização na aquisição dos produtos e a otimização dos recursos públicos. Além disso, essa medida fortalece o planejamento estratégico da administração, assegurando a continuidade do fornecimento e a ampliação do acesso a condições vantajosas já pactuadas.

3.3. Registre-se que o Tribunal de Contas de Pernambuco, em sessão plenária, sedimentou entendimento quanto à possibilidade de adesão a Ata de Registro de Preços, por outros órgãos e entidades:

É possível haver adesão à ata de registro de preços (carona) de um município gerenciada por órgãos e entidades de outro município, desde que o Sistema de Registro de Preços tenha sido formalizado mediante licitação e sejam observados os limites e requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, com a redação dada pela Lei Federal nº 14.770/2023” (TCE/PE, Acórdão nº 299/2024 – Pleno, Processo TCE-PE nº 23100248-8 (Consulta), Relator: Conselheiro-Substituto Carlos Pimentel)

3.4. As solicitações de adesão deverão ser formalizadas e submetidas à Secretaria de Educação e Esportes, gerenciadora da Ata de Registro de Preços, acompanhadas da justificativa para a adesão, e enviadas por meio dos canais indicados, telefone (81) 3101-0020, ramal do gabinete 1013 e e-mail educacao@caruaru.g12.br. O pedido será avaliado e, caso autorizado, deverá respeitar os critérios de compatibilidade e planejamento para garantir o equilíbrio do contrato.

3.5. Para o controle e estimativa de quantidades passíveis de aquisição pelos órgãos ou entidades não participantes, deverão ser observados os seguintes limites:

- a) A adesão individual de cada órgão ou entidade não participante será limitada a até 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços;
- b) O total de adesões, cumulativamente, não poderá ultrapassar o dobro do quantitativo inicialmente registrado, garantindo-se a viabilidade operacional e financeira do contrato principal.
- 3.6.** O órgão gerenciador se reserva o direito de analisar o impacto das adesões, considerando a garantia de atendimento prioritário às demandas dos órgãos participantes originais, conforme previsto no planejamento da licitação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO(S) ÓRGÃO(S) GERENCIADOR(ES) E PARTICIPANTE(S)

- 4.1.** O Órgão Gerenciador será a **Secretaria de Educação e Esportes – SEDUC** do Município do Caruaru/PE.
- 4.2.** Os Órgãos Participantes serão a **Secretaria Municipal de Saúde – SMS** e a **Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome – SAS** do Município do Caruaru/PE.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. A vigência da presente Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Plano Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

§ 1º. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser **prorrogado**, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade econômica dos valores registrados e atestado o bom desempenho das detentoras da Ata quanto às obrigações assumidas, conforme art. 84, *caput*, da Lei 14.133/21 e art. 29 do Decreto Municipal nº 035/2024.

§ 2º. A prorrogação da Ata de Registro de Preços poderá importar na renovação dos quantitativos iniciais, nos termos do art. 29, § 3º do Decreto Municipal 035/2024.

§ 3º. Na ocorrência de formalização de contrato, este deverá ser assinado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, sua vigência observará as condições mencionadas no artigo 105 da Lei nº 14.133/21.

§ 4º. Quanto à vigência dos contratos advindos da ARP, o prazo será definido quando do pedido de elaboração do instrumento contratual.

§ 5º. O término do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não implica extinção das obrigações dela decorrentes, ainda em execução.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL, PRAZO, CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

6.1. Os produtos deverão ser entregues no horário das **08h às 13h**, de acordo com a periodicidade definida por cada secretaria demandante, conforme Ordem de Fornecimento, **no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis**, a partir do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento, a qual será emitida pelo departamento responsável de cada demandante, por meio eletrônico, para atendimento aos locais indicados para entrega.

6.2. Os locais de entrega estão discriminados, por órgão e/ou entidade, conforme **Anexo I desta Ata**.

6.3. Fica a critério do(s) licitante(s) a realização de visita prévia aos locais de entrega, para fins de conhecimento antecipado das condições de fornecimento.

6.4. O objeto desta contratação deverá ser entregue **parceladamente**, pelas empresas licitantes vencedoras, por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pelos órgãos e entidades participantes, de acordo com suas necessidades.

6.5. Quando aplicável e conforme prática de mercado para o respectivo item, os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais, lacradas e em perfeito estado de conservação, acondicionados de forma a garantir sua integridade durante o transporte, armazenamento e manuseio, contendo as informações de identificação do produto, fabricante, elementos de rastreabilidade e demais elementos exigidos pela legislação aplicável.

6.6. A contratada ficará obrigada a substituir, às suas expensas, **no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas úteis contadas da notificação**, os produtos recusados pela Administração em razão de desconformidade com as especificações técnicas, defeitos de fabricação, avarias, inadequação à finalidade de uso ou qualquer outra irregularidade constatada no recebimento, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6.7. O fornecedor compromete-se a substituir ou repor o produto, sempre que:

- a) apresentar defeitos de fabricação, vícios aparentes ou ocultos;
- b) for entregue com avarias, danos físicos ou embalagem inadequada que comprometa sua integridade;
- c) não atender às especificações técnicas ou requisitos de desempenho estabelecidos neste Termo de Referência;

6.8. Havendo dúvida fundada quanto à conformidade técnica, qualidade ou desempenho do produto fornecido, poderá o órgão ou entidade demandante submetê-lo à análise técnica ou verificação especializada, correndo os custos correspondentes por conta da contratada, caso constatada a desconformidade.

6.9. Os produtos serão recebidos pelo servidor ou setor responsável designado por cada órgão ou entidade participante, ao qual competirá acompanhar, fiscalizar e atestar o recebimento dos itens solicitados.

6.10. O objeto será recebido da seguinte forma:

- a) Provisoriamente:** Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, proposta e no contrato.
- b) Definitivamente:** Em até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório; mediante “ATESTO” na nota fiscal/fatura; após, a comprovada adequação aos termos da proposta e do contrato, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

6.11. Aplicam-se aos recebimentos provisório e definitivo as disposições do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.12. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos vícios, defeitos ou incorreções verificadas posteriormente, nem afasta sua responsabilidade civil, administrativa e contratual pela perfeita execução do objeto.

6.13. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando entregues em desacordo com as especificações, quantidades, condições ou exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital, na proposta ou na Ata de Registro de Preços/Contrato, devendo ser substituídos pela contratada no prazo estabelecido pela Administração, sem ônus adicional e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6.14. Todos os bens fornecidos deverão ser novos, originais, de primeiro uso, livres de defeitos, vícios, avarias ou imperfeições, e entregues em condições adequadas à preservação de sua integridade.

6.15. É de responsabilidade da contratada assegurar os padrões adequados de qualidade, segurança, integridade e conformidade técnica dos produtos fornecidos, cabendo-lhe sanar, às suas expensas, quaisquer irregularidades verificadas durante o recebimento ou no período de garantia legal/contratual.

6.16. Os itens fornecidos deverão observar rigorosamente as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, não sendo admitido fornecimento de produtos divergentes sem prévia e expressa autorização da Administração.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E REAJUSTE

7.1. Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor do objeto, exceto quando, após o período de 12 (doze) meses iniciais de vigência da ARP/Contrato, houver prorrogação da Ata/Contrato, hipótese na qual os

preços poderão ser reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurado desde a data do **orçamento estimado**, em consonância com o artigo 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

7.2. O pedido de reajuste deverá ser formalmente requerido pela fornecedora à Administração Pública, durante a vigência da ARP/Contrato e antes de eventual prorrogação, acompanhado de documentação comprobatória, em conformidade com o Acórdão nº 1894/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE).

7.3. A Administração Pública terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento, para analisar e responder ao pedido, podendo o reajuste ser formalizado mediante apostilamento.

7.4. A aceitação da prorrogação da Ata/Contrato sem a formalização do reajuste ou a ausência de requerimento tempestivo implicará na preclusão do direito ao reajuste referente ao período prorrogado, não sendo admitidas solicitações retroativas.

7.5. Em caso de celebração de contrato decorrente da ARP, **nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido**, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do índice definido na cláusula primeira deste contrato, acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte:

7.6. Na apuração do saldo contratual para incidência do reajuste serão deduzidos, além dos serviços medidos e pagos até o momento de aquisição do direito ao reajuste, os serviços previstos em cronograma físico-financeiro, mas não executados por culpa exclusiva da CONTRATADA.

7.7. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, observadas as demais condições desta cláusula.

7.8. O percentual final do reajuste não poderá ultrapassar o percentual limite de crescimento da despesa pública para o exercício, fixado nos termos do novo regime fiscal instituído pela Emenda Constitucional n. 126/2022 e pela Lei Complementar 200/2023.

7.9. O reajuste será formalizado por meio de apostilamento ao contrato.

7.10. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial da ARP/Contrato, desde que configurada e cabalmente demonstrada qualquer das hipóteses do artigo 124, inciso II, alínea “d”, do artigo 134 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.11. Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser acompanhada de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, e, caso aprovada, deverá ser formalizada por meio de aditamento ao contrato.

7.12. A solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulada durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

7.13. O CONTRATANTE terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo da solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, para decidir sobre o pedido, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.14.5. Qualquer revisão de preços registrada será formalizada mediante termo aditivo à Ata/Contrato, podendo ser solicitada nova planilha de composição de custos e formação de preço, quando necessário.

8.14.6. Durante o período de análise do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração Pública poderá suspender novas autorizações de fornecimento ou adesão à Ata, mediante solicitação da fornecedora.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes da ata de registro de preços ocorrerão pela fonte de recurso do(s) órgão(s)/entidade(s) participante(s) do sistema de registro de preços, conforme indicadas abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

Unidade Gestora 43008 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU

Unidade Orçamentária 31002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU

Função 10 SAÚDE

Subfunção 302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Programa 1002 ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Ação2. 1023 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP E AMBULATORIAL

Fonte de recurso 151 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso 103 Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso 153 Recursos do Governo Estadual
Fonte de recurso 175 Emenda Individual da união
Fonte de recurso 186 Emenda Individual Estado
Classificação da despesa 3.3.90.30.00 Material de Consumo

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES:

11000 – Secretaria de Educação e Esportes.
11002 – FUNDEB
12.365.1206.2.7027 – Suporte às Atividades do Ensino Infantil (30%)
3.3.90.30.00 – Material de Consumo Fonte de Recurso:162 - FUNDEB 30%

11000 – Secretaria de Educação e Esportes
11001 – Secretaria de Educação e Esportes
12.365.1207.2.140 – Suporte das Atividades da Creche e 1º infância
3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Fonte de Recurso:102 - Impostos e Transferências para Educação
Fonte de Recurso: 109 - Recursos do Salário Educação

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME:

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34001- SAS; 8.122.801.2.5001 - Manutenção das Atividades da SAS;
3.3.90.30.00 Material de Consumo; Fonte de Recurso: 101 – Recurso Próprio.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 14.422.1101.2.7009 – Programa Profissionaliza +; Ações e Inclusão Produtiva; 3.3.90.30.00 Material de Consumo; Fonte de Recurso: 101 – Recurso Próprio.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.122.816.2.5016- Suporte as Atividades do IGD SUAS - Conselho; 3.3.90.30.00 Material de Consumo; Fonte de Recurso: 101– Recurso Próprio; Fonte de Recurso: 125 - FNAS

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.122.826.2.5037- Suporte as Atividades do FMAS; 3.3.90.30.00 Material de Consumo; Material de Consumo; Fonte de Recursos: 101– Recurso Próprio;

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.244.806.2.5059 Suporte as Atividades Vinculadas ao Bolsa Família; 3.3.90.30.00 – Material de Consumo; Fonte de Recurso: 125 – FNAS; Fonte de Recurso: 101 – Recursos Próprios; Fonte de Recurso: 125 - FNAS

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.245.802.2.5003 Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF- desenvolvidos nos CRAS; 3.3.90.30.00 – Material de Consumo; Fonte de Recurso: 125 – Recursos do FNAS; Fonte de recurso: 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; Fonte de Recurso: 101 –Recurso Próprio;

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.245.802.2.5039 Manutenção das Atividades do SCFV; 3.3.90.30.00 – Material de Consumo; Fonte de Recurso: 125 – FNAS; Fonte de Recurso: 101- Recurso Próprio;

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.245.803.2.5019 – Atividade do Piso de Média Complexidade - MSE; 3.3.90.30.00 – Material de Consumo; Fonte de Recurso: 125 – FNAS; Fonte de Recurso: 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; Fonte de Recurso: 101- Recurso Próprio.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.245.803.2.5020 – Atividade do Piso de Média Complexidade – Centro POP-RUA; 3.3.90.30.00 – Material de Consumo; Fonte de Recurso: 125 – FNAS; Fonte de Recurso: 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; Fonte de Recurso: 101- Recurso Próprio.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.245.803.2.5023 – Atividade do Piso de Alta Complexidade I – CRIANÇA/ADOLESCENTE; 3.3.90.30.00 – Material de Consumo; Fonte de Recurso: 125 – FNAS; Fonte de Recurso: 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; Fonte de Recurso: 101- Recurso Próprio.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.245.803.2.5024 – Atividade do Piso de Alta Complexidade II – POP DE RUA – Serviço de Acolhimento para Adultos e Família; 3.3.90.30.00 – Material de Consumo; Fonte de Recurso: 125 – FNAS; Fonte de Recurso: 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; Fonte de Recurso: 101- Recurso Próprio.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1. São obrigações do FORNECEDOR:

9.1.1 São as estabelecidas no item 13 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

10.1.1. São as estabelecidas no item 14 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. Para apuração de infrações e de aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados, de que trata o art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Caruaru, deverão ser observadas as disposições regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 080, de 30 de julho de 2024.

11.2. Nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Municipal de Caruaru, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas previstas nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas citadas as seguintes sanções:

I - advertência;

- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

11.4. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator às sanções cabíveis cumulativamente em que haja incorrido, observadas as disposições dos §1º e §2º do art. 12 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

11.5. A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses elencadas no art. 13 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

11.6. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, devendo observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

11.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas no artigo 16 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

11.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 17 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

11.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.10. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.11. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

11.12. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Penalidade, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

11.13. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração dos fatos e, se for o caso, aplicação de sanção à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao SICAF.

11.14. A licitante deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento de mensagens provenientes do Município de Caruaru - PE, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

12.1. O registro do FORNECEDOR será cancelado quando ele:

- I - Descumprir de forma injustificada às condições da Ata de Registro de Preços ou do instrumento de contratação dela decorrente;
- II - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- III - sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar, quando aplicada pelo Município de Caruaru-PE, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos dos incisos III e IV do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- IV - não aceitar o preço revisado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
- V - passar por alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura que restrinja sua capacidade de cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- VI - decretar falência ou insolvência civil, bem como se houver dissolução da sociedade ou falecimento do fornecedor.

§ 1º. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I e III será formalizado por despacho do Secretário do ÓRGÃO GERENCIADOR, assegurados o contraditório e a ampla defesa, consoante disposto no art. 39 do Decreto Municipal nº 035/2024.

§ 2. A extinção do registro do FORNECEDOR não afeta os registros dos demais fornecedores registrados na Ata.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, desde que formalmente explicitadas nos autos do processo e assegurados o contraditório e a ampla defesa, diante das seguintes situações:

- I - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução dos serviços;
- II - razões de interesse público, justificadas pelo Secretário do ÓRGÃO GERENCIADOR.

§ 1º. O FORNECEDOR será notificado para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação acerca do cancelamento.

§ 2º. A notificação a que se refere o parágrafo anterior poderá ser promovida por meio eletrônico ou outro meio hábil, nos termos do art. 39, § 1º, do Decreto Municipal nº 035/2024.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1. A gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelos servidores abaixo designados:

ÓRGÃO	FISCAL, GESTOR E SUPLENTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS	GESTOR TITULAR: TACIANA ANGÉLICA DE CARVALHO SILVA, Gestora De Contratos E Convênios, MATRÍCULA 561998 GESTOR SUPLENTE: LUCIANA FERREIRA DA PAZ, Gerente de Análise de Processos, MATRÍCULA: 561985 FISCAL TITULAR: POLIANA DA SILVA ANDRADE, Coordenadora da Rede Hospitalar, MATRÍCULA: 56.091-5 FISCAL SUPLENTE: CAMILA THAIANE SILVA DE FREITAS, Coordenadora da Rede de Urgência e Emergência, MATRÍCULA: 56197-6

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES – SEDUC	GESTORA TITULAR: Maria Klébya Cavalcanti Rocha, Gerente Geral, matrícula nº. 56.187-5 GESTOR SUPLENTE: Matheus Sousa Galvão, Gerente II, matrícula nº. 56.212-4 FISCAL TITULAR: Danielle Ferreira Farias Cintra, Coordenadora II, matrícula nº. 56.187-4 FISCAL SUPLENTE: Manoel Victor de Souza Moraes, Coordenador de Patrimonio, matrícula nº. 56.043-6.
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME – SAS	GESTOR TITULAR: Paulo Augusto S. Silva, Gerente Geral Da SAS - 55.998-8 GESTOR SUPLENTE: Jhennifer Mariana Lopes Ferreira, Coordenadora de Compras - 56.223-8 FISCAL TITULAR: Monica Vanessa P. De Araujo Carvalho, Coordenara Administrativa - 56.001-7 FISCAL SUPLENTE: Isley Keity M. Cavalcanti, Gerente Financeira - 55.999-8

14.2. O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo I do Decreto nº 075, de 29 de setembro de 2023. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Adjudicatária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 117, da Lei nº 14 1333 de 2021.

14.3. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais do Contrato se encontram, pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 18 do Decreto nº 075, de 29 de setembro de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

14.4. Para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, os Gestores e Fiscais deverão registrar todas as ocorrências relacionadas à execução, adotando as medidas necessárias para a regularização de falhas ou defeitos observados.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS COMUNICAÇÕES

15.1. Todas as comunicações entre as partes serão efetuadas por escrito e só assim produzirão seus efeitos.

Parágrafo único. O FORNECEDOR, por meio de endereço de e-mail válido, fornecido na etapa de contratação, compromete-se a receber todo e qualquer tipo de notificação, inclusive para efeitos de sanções ou penalidades, iniciando o prazo para o destinatário a partir da remessa válida pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE DOS ATOS

16.1. Conforme dispõe o art. 28, § 4º, do Decreto Municipal nº 035/2024, os preços registrados na presente Ata, como condição de sua eficácia, serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ficarão disponíveis durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS TOLERÂNCIAS

17.1. Quaisquer tolerâncias entre as partes, observando-se a razoabilidade e o interesse público, não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas nesta Ata de Registro de Preços, as quais permanecerão íntegras.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Caruaru, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021

E, por estarem justos, e acordados, firmam o presente Contrato em uma única via, disponível para acesso através da plataforma **caruaru.1doc.com.br**.

Caruaru (PE), data da assinatura eletrônica.

MUNICÍPIO DE CARUARU/PE
SECRETARIA DE _____

– Secretária
Órgão Gerenciador

(inserir razão social da empresa)
(inserir representante legal da empresa)
Fornecedor Registrado

ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**LOCAIS DE ENTREGA****1. Local e Periodicidade de entrega (SECRETARIA DE SAÚDE):**

Os itens deverão ser entregues no Almoxarifado Central da SMS, situado na Rua Paulo Afonso, nº 74, Galpão 03, Bairro São Francisco, Caruaru/PE, CEP 55008-560.

A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário das 08h às 12h e das 13h às 16h, mediante prévio agendamento, que poderá ser realizado por meio dos telefones (81) 3101-0222 e/ou (81) 3101-0224.

A periodicidade das entregas será definida a partir da consolidação das demandas por setor, realizada semestralmente pela Gerência Geral de Atenção Especializada, observados os quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2. Local e Periodicidade de entrega (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO):

Os materiais deverão ser entregues no endereço indicado pela Secretaria de Educação e Esportes, situado na Rua Barão de Porto Seguro, nº 180, Bairro Maurício de Nassau, Caruaru/PE, ou em outro local previamente informado pela Contratante, mediante emissão da respectiva autorização de fornecimento.

As entregas ocorrerão de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria e de acordo com as demandas das unidades escolares da rede municipal de ensino, observando-se a emissão prévia das respectivas ordens de fornecimento.

Para fins de planejamento operacional, estima-se a seguinte periodicidade média de reposição:

- a) itens de higiene e materiais de consumo: reposição média mensal;
- b) itens têxteis e de enxoval: reposição média entre 6 (seis) e 12 (doze) meses;
- c) itens estruturais e utensílios duráveis: reposição conforme desgaste, avaria ou necessidade de substituição.

A periodicidade indicada possui caráter estimativo, podendo sofrer alterações em razão da dinâmica operacional das unidades escolares, da ampliação da rede municipal de ensino e das necessidades administrativas da Secretaria.

5.2 Local e Periodicidade de entrega (SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME):

A periodicidade das entregas ocorrerá conforme a demanda dos equipamentos socioassistenciais atendidos.

As entregas deverão ser realizadas na Praça Pedro de Souza, Bairro Nossa Senhora das Dores, Caruaru/PE, CEP 55002-110, ou em outro local previamente indicado pela Secretaria demandante, quando necessário, mediante comunicação formal.

ANEXO V**MINUTA DE CONTRATO**

Processo Licitatório nº 178/2026 – UC-G.
Pregão Eletrônico nº 90178/2026 – UC-G.
Registro de Preços nº 028/2026 – UC-G
Contrato nº ____/2026.

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE CARUARU POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DE _____ E A EMPRESA
_____ NOS TERMOS DAS CLÁUSULAS E
CONDIÇÕES ABAIXO ESTIPULADAS:**

Pelo presente instrumento, que entre si firmam, o **MUNICÍPIO DE CARUARU**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.091.536/0001-13, doravante denominado **CONTRATANTE**, através da **SECRETARIA DE _____**, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a), _____, e de outro lado, na qualidade de **CONTRATADA**, a Empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o Nº _____, com sede _____, na cidade de _____, Estado de _____, neste ato representada por seu sócio – gerente, Sr. _____, no final subscrito, têm entre si justo e avençado o presente instrumento contratual, de acordo como Processo Licitatório realizado sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 90178/2026 - UC-G** e, ainda, de acordo com a proposta de preços da CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, por si e seus sucessores, com observância das disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, aplicando-se os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE ARTIGOS TÊXTEIS, ITENS DE ENXOVAL INSTITUCIONAL E MATERIAIS DE USO DOMÉSTICO**, destinados ao atendimento das demandas do Fundo Municipal de Saúde/Secretaria Municipal de Saúde – SMS, do Fundo Municipal de Assistência Social/Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome – SAS e da Secretaria de Educação e Esportes – SEDUC, no âmbito da Prefeitura Municipal de Caruaru (PMC), pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações, exigências e quantidades constantes do Termo de Referência, anexo ao Edital, sendo parte integrante do mesmo, independente de transcrição.

§ 1º - O objeto deverá ser entregue, **parceladamente**, pela(s) contratada(s), por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pela Contratante, através de Ordem de Fornecimento, nos locais indicados no ANEXO I deste contrato.

§ 2º - Os quantitativos indicados são estimativos podendo a Contratante executá-lo no todo ou em parte conforme necessidade de consumo e capacidade de armazenamento gerenciada pela Secretaria demandante, respeitados os limites legais de redução e acréscimo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

2.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Plano Nacional de Contratações Públicas - PNCP**, podendo ser prorrogado, sucessivamente, respeitada a vigência máxima dos Arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

§ 1º - O prazo para a entrega do objeto licitado será de no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da data da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado por até mais 5 (cinco) dias úteis, justificadamente, à critério do órgão/entidade demandante.

§ 2º - A Contratada ficará obrigada a trocar o(s) produto(s) que vier(em) a ser rejeitado(s) por não atender à(s) especificação(ões) anexa(s) a este Edital e/ou apresentar(em) defeito(s) de fabricação, sem que isto acarrete qualquer ônus à Administração ou importe na relevação das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do novo produto será de **até 48 (quarenta e oito) horas contadas em dias úteis**, contado do recebimento da solicitação de troca.

§ 3º - Não será admitida/recebida entrega parcial dos produtos solicitados por meio das Ordens de Fornecimento expedidas pela Contratante, devendo ser entregue o quantitativo total descrito no DANFE ou na nota fiscal eletrônica.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Como contraprestação à prestação de serviços, o objeto deste acordo, o **Contratante** pagará à **Contratada** o **VALOR TOTAL** de R\$ ____ (____). Destarte a CONTRATADA foi vencedora dos ITENS____ do Processo Licitatório, devendo ater-se as especificações sintéticas, aos quantitativos e preços, conforme disposto na proposta da CONTRATADA, sintetizada na tabela abaixo, posto que são os constantes do Certame.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO						

3.2. Os quantitativos estimados por órgão/entidade participante serão divididos conforme detalhado a seguir:

ITEM	SMS	SEDUC	SAS

§ 1º - Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da liquidação da despesa no sistema contábil, nos termos do art. 16 do Decreto Municipal nº 112, de 26 de dezembro de 2024, desde que mantidas as condições de habilitação e inexistam fatos impeditivos imputáveis à adjudicatária.

§ 2º - Os pagamentos serão realizados de forma **integral**, em correspondência aos produtos **efetivamente entregues no período de referência**, devidamente atestados pelo setor competente.

§ 3º - A nota fiscal devidamente atestada deverá ser apresentada no setor contábil da sede de cada órgão ou entidade demandante, conforme o caso:

- **SEDUC** - Gerência Financeira, situada na Av. Cícero José Dutra, s/n, Bairro Petrópolis, Caruaru/PE;
- **SAS** - Praça Pedro de Souza, n.º 30 – Bairro: Nossa Senhora das Dores, Caruaru/PE, CEP: 55.002-110;
- **SMS** - Avenida Vera Cruz, n.º 654, Bairro São Francisco, Caruaru/PE.

§ 4º - Por ocasião do pagamento, a contratada deverá apresentar, ainda, os seguintes documentos atualizados:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada.

§ 5º - O pagamento será realizado após a apresentação da nota fiscal devidamente preenchida, acompanhada da indicação do banco, agência e conta bancária da contratada.

§ 6º - Não será admitido, sob qualquer hipótese, **pagamento antecipado**.

§ 7º - Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação de obrigação por parte da contratada, não sendo tal situação geradora de direito a reajustamento de preços ou atualização monetária.

§ 8º - A nota fiscal apresentada com erro ou que contenha qualquer circunstância que impeça ou desaconselhe o pagamento será devolvida à contratada para correção, ficando **interrompido o prazo previsto no § 1º**, que será reiniciado a partir da regularização.

§ 9º - Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à contratada não ensejarão direito à atualização monetária.

§ 10º - A adjudicatária não poderá emitir nota fiscal ou fatura com **CNPJ diverso** daquele constante no contrato.

§ 11º - Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor do objeto, exceto quando, após o período de 12 (doze) meses iniciais de vigência da ARP/Contrato, houver prorrogação da Ata/Contrato, hipótese na qual os preços poderão ser reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurado desde a data do **orçamento estimado**, em consonância com o artigo 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

§ 12º - O pedido de reajuste deverá ser formalmente requerido pela fornecedora à Administração Pública, durante a vigência da ARP/Contrato e antes de eventual prorrogação, acompanhado de documentação comprobatória, em conformidade com o Acórdão nº 1894/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE).

§ 13º - A Administração Pública terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento, para analisar e responder ao pedido, podendo o reajuste ser formalizado mediante apostilamento.

§ 14º - A aceitação da prorrogação da Ata/Contrato sem a formalização do reajuste ou a ausência de requerimento tempestivo implicará na preclusão do direito ao reajuste referente ao período prorrogado, não sendo admitidas solicitações retroativas.

§ 15º - Em caso de celebração de contrato decorrente da ARP, **nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste** ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do índice definido na cláusula primeira deste contrato, acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte:

§ 16º - Na apuração do saldo contratual para incidência do reajuste serão deduzidos, além dos serviços medidos e pagos até o momento de aquisição do direito ao reajuste, os serviços previstos em cronograma físico-financeiro, mas não executados por culpa exclusiva da CONTRATADA.

§ 17º - O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, observadas as demais condições desta cláusula.

§ 18º - O percentual final do reajuste não poderá ultrapassar o percentual limite de crescimento da despesa pública para o exercício, fixado nos termos do novo regime fiscal instituído pela Emenda Constitucional n. 126/2022 e pela Lei Complementar 200/2023.

§ 19º - O reajuste será formalizado por meio de apostilamento ao contrato.

§ 20º - Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial da ARP/Contrato, desde que configurada e cabalmente demonstrada qualquer das hipóteses do artigo 124, inciso II, alínea "d", do artigo 134 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 21º - Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser acompanhada de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, e, caso aprovada, deverá ser formalizada por meio de aditamento ao contrato.

§ 22º - A solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulada durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

§ 23º - O CONTRATANTE terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo da solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, para decidir sobre o pedido, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

§ 24º - Qualquer revisão de preços registrada será formalizada mediante termo aditivo à Ata/Contrato, podendo ser solicitada nova planilha de composição de custos e formação de preço, quando necessário.

§ 25º - Durante o período de análise do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração Pública poderá suspender novas autorizações de fornecimento ou adesão à Ata, mediante solicitação da fornecedora.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Todos os valores financeiros a serem pagos, decorrentes do presente contrato, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

Unidade Gestora 43008 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária 31002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função 10 SAÚDE
Subfunção 302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa 1002 ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação2. 1023 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP E AMBULATORIAL
Fonte de recurso 151 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso 103 Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso 153 Recursos do Governo Estadual
Fonte de recurso 175 Emenda Individual da união
Fonte de recurso 186 Emenda Individual Estado
Classificação da despesa 3.3.90.30.00 Material de Consumo

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES:

11000 – Secretaria de Educação e Esportes.
11002 – FUNDEB
12.365.1206.2.7027 – Suporte às Atividades do Ensino Infantil (30%)
3.3.90.30.00 – Material de Consumo Fonte de Recurso:162 - FUNDEB 30%

11000 – Secretaria de Educação e Esportes
11001 – Secretaria de Educação e Esportes
12.365.1207.2.140 – Suporte das Atividades da Creche e 1º infância
3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Fonte de Recurso:102 - Impostos e Transferências para Educação
Fonte de Recurso: 109 - Recursos do Salário Educação

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME:

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34001- SAS; 8.122.801.2.5001 - Manutenção das Atividades da SAS;
3.3.90.30.00 Material de Consumo; Fonte de Recurso: 101 – Recurso Próprio.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 14.422.1101.2.7009 – Programa Profissionaliza +; Ações e Inclusão Produtiva; 3.3.90.30.00 Material de Consumo; Fonte de Recurso: 101 – Recurso Próprio.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.122.816.2.5016- Suporte as Atividades do IGD SUAS - Conselho; 3.3.90.30.00 Material de Consumo; Fonte de Recurso: 101– Recurso Próprio; Fonte de Recurso: 125 - FNAS

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.122.826.2.5037- Suporte as Atividades do FMAS; 3.3.90.30.00 Material de Consumo; Material de Consumo; Fonte de Recursos: 101– Recurso Próprio;

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.244.806.2.5059 Suporte as Atividades Vinculadas ao Bolsa Família; 3.3.90.30.00 – Material de Consumo; Fonte de Recurso: 125 – FNAS; Fonte de Recurso: 101 – Recursos Próprios; Fonte de Recurso: 125 - FNAS

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.245.802.2.5003 Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF- desenvolvidos nos CRAS; 3.3.90.30.00 – Material de Consumo; Fonte de Recurso: 125 – Recursos do FNAS; Fonte de recurso: 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; Fonte de Recurso: 101 –Recurso Próprio;

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.245.802.2.5039 Manutenção das Atividades do SCFV; 3.3.90.30.00 – Material de Consumo; Fonte de Recurso: 125 – FNAS; Fonte de Recurso: 101- Recurso Próprio;

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.245.803.2.5019 – Atividade do Piso de Média Complexidade - MSE; 3.3.90.30.00 – Material de Consumo; Fonte de Recurso: 125 – FNAS; Fonte de Recurso: 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; Fonte de Recurso: 101- Recurso Próprio.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.245.803.2.5020 – Atividade do Piso de Média Complexidade – Centro POP-RUA; 3.3.90.30.00 – Material de Consumo; Fonte de Recurso: 125 – FNAS; Fonte de Recurso: 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; Fonte de Recurso: 101- Recurso Próprio.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.245.803.2.5023 – Atividade do Piso de Alta Complexidade I – CRIANÇA/ADOLESCENTE; 3.3.90.30.00 – Material de Consumo; Fonte de Recurso: 125 – FNAS; Fonte de Recurso: 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; Fonte de Recurso: 101- Recurso Próprio.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.245.803.2.5024 – Atividade do Piso de Alta Complexidade II – POP DE RUA – Serviço de Acolhimento para Adultos e Família; 3.3.90.30.00 – Material de Consumo; Fonte de Recurso: 125 – FNAS; Fonte de Recurso: 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; Fonte de Recurso: 101- Recurso Próprio.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO/ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. Os produtos deverão ser entregues no horário das **08h às 13h**, de acordo com a periodicidade definida por cada secretaria demandante, conforme Ordem de Fornecimento, **no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis**, a partir do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento, a qual será emitida pelo departamento responsável de cada demandante, por meio eletrônico, para atendimento aos locais indicados para entrega.

5.2. Os locais de entrega estão discriminados, por órgão e/ou entidade, conforme **Anexo I deste Contrato**.

5.3. Fica a critério do(s) licitante(s) a realização de visita prévia aos locais de entrega, para fins de conhecimento antecipado das condições de fornecimento.

5.4. O objeto desta contratação deverá ser entregue **parceladamente**, pelas empresas licitantes vencedoras, por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pelos órgãos e entidades participantes, de acordo com suas necessidades.

5.5. Quando aplicável e conforme prática de mercado para o respectivo item, os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais, lacradas e em perfeito estado de conservação, acondicionados de forma a garantir sua integridade durante o transporte, armazenamento e manuseio, contendo as informações de identificação do produto, fabricante, elementos de rastreabilidade e demais elementos exigidos pela legislação aplicável.

5.6. A(s) contratada(s) ficará(ão) obrigada(s) a substituir o(s) produto(s) que venha(m) a ser recusado(s) por não atender(em) às especificações deste Termo de Referência, **sem ônus para a Administração**, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, contadas em dias úteis, a partir da notificação, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.7. O fornecedor compromete-se a substituir ou repor o produto, sempre que:

- a) apresentar defeitos de fabricação, vícios aparentes ou ocultos;
- b) for entregue com avarias, danos físicos ou embalagem inadequada que comprometa sua integridade;
- c) não atender às especificações técnicas ou requisitos de desempenho estabelecidos neste Termo de Referência;

5.8. Havendo dúvida fundada quanto à conformidade técnica, qualidade ou desempenho do produto fornecido, poderá o órgão ou entidade demandante submetê-lo à análise técnica ou verificação especializada, correndo os custos correspondentes por conta da contratada, caso constatada a desconformidade.

5.9. Os produtos serão recebidos pelo servidor ou setor responsável designado por cada órgão ou entidade participante, ao qual competirá acompanhar, fiscalizar e atestar o recebimento dos itens solicitados.

5.10. O objeto será recebido da seguinte forma:

a) Provisoriamente: Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, proposta e no contrato.

b) Definitivamente: Em até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório; mediante “ATESTO” na nota fiscal/fatura; após, a comprovada adequação aos termos da proposta e do contrato, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

5.11. Aplicam-se aos recebimentos provisório e definitivo as disposições do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.12. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos vícios, defeitos ou incorreções verificadas posteriormente, nem afasta sua responsabilidade civil, administrativa e contratual pela perfeita execução do objeto.

5.13. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando entregues em desacordo com as especificações, quantidades, condições ou exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital, na proposta ou na Ata de Registro de Preços/Contrato, devendo ser substituídos pela contratada no prazo estabelecido pela Administração, sem ônus adicional e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.14. Todos os bens fornecidos deverão ser novos, originais, de primeiro uso, livres de defeitos, vícios, avarias ou imperfeições, e entregues em condições adequadas à preservação de sua integridade.

5.15. É de responsabilidade da contratada assegurar os padrões adequados de qualidade, segurança, integridade e conformidade técnica dos produtos fornecidos, cabendo-lhe sanar, às suas expensas, quaisquer irregularidades verificadas durante o recebimento ou no período de garantia legal/contratual.

5.16. Os itens fornecidos deverão observar rigorosamente as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, não sendo admitido fornecimento de produtos divergentes sem prévia e expressa autorização da Administração.

5.17. Havendo suspeita quanto às especificações técnicas ou à qualidade microbiológica e físico-química dos produtos fornecidos, a Secretaria/Entidade demandante poderá solicitar análise laboratorial, cujo ônus será de responsabilidade do fornecedor, para verificação da conformidade com os padrões estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital.

5.18. O recebimento dos produtos será realizado pelo Departamento de Alimentação/Nutrição de cada órgão ou entidade participante, responsável pelo acompanhamento e fiscalização contratual, para fins de posterior verificação da conformidade com as especificações deste Termo de Referência e da proposta apresentada.

5.19. O recebimento definitivo dos produtos ocorrerá após a verificação da qualidade e da quantidade, conforme as especificações constantes no item 3 e na respectiva Ordem de Fornecimento, mediante atesto do setor responsável.

5.20. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos decorrentes da execução inadequada do contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/CONTRATANTE

6.1. São obrigações do **ÓRGÃO CONTRATANTE**:

6.1.1. São as estabelecidas no item 14 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. São obrigações do **CONTRATADA**:

7.1.1 São as estabelecidas no item 13 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

9. CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Para apuração de infrações e de aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados, de que trata o art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Administração Pública direta e indireta do Município de Caruaru, deverão ser observadas as disposições regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 080, de 30 de julho de 2024.

9.2. Nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Municipal de Caruaru, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas previstas nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

9.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas citadas as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.3.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

9.4. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator às sanções cabíveis cumulativamente em que haja incorrido, observadas as disposições dos §1º e §2º do art. 12 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

9.5. A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses elencadas no art. 13 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

9.6. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, devendo observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

9.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas no artigo 16 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

9.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 17 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

9.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.10. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.11. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

9.12. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Penalidade, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

9.13. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração dos fatos e, se for o caso, aplicação de sanção à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao SICAF.

9.14. A licitante deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento de mensagens provenientes do Município de Caruaru - PE, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

§ 1º - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 2º - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.333, de 2021.

§ 3º - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

§ 4º - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS AGENTES DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

§ 1º - A gestão e fiscalização do Contrato será realizada pelos servidores abaixo designados:

ÓRGÃO	FISCAL, GESTOR E SUPLENTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS	GESTOR TITULAR: TACIANA ANGÉLICA DE CARVALHO SILVA, Gestora De Contratos E Convênios, MATRÍCULA 561998

	<p>GESTOR SUPLENTE: LUCIANA FERREIRA DA PAZ, Gerente de Análise de Processos, MATRÍCULA: 561985</p> <p>FISCAL TITULAR: POLIANA DA SILVA ANDRADE, Coordenadora da Rede Hospitalar, MATRÍCULA: 56.091-5</p> <p>FISCAL SUPLENTE: CAMILA THAIANE SILVA DE FREITAS, Coordenadora da Rede de Urgência e Emergência, MATRÍCULA: 56197-6</p>
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES – SEDUC	<p>GESTORA TITULAR: Maria Klébya Cavalcanti Rocha, Gerente Geral, matrícula nº. 56.187-5</p> <p>GESTOR SUPLENTE: Matheus Sousa Galvão, Gerente II, matrícula nº. 56.212-4</p> <p>FISCAL TITULAR: Danielle Ferreira Farias Cintra, Coordenadora II, matrícula nº. 56.187-4</p> <p>FISCAL SUPLENTE: Manoel Victor de Souza Moraes, Coordenador de Patrimônio, matrícula nº. 56.043-6.</p>
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME – SAS	<p>GESTOR TITULAR: Paulo Augusto S. Silva, Gerente Geral Da SAS - 55.998-8</p> <p>GESTOR SUPLENTE: Jhennifer Mariana Lopes Ferreira, Coordenadora de Compras - 56.223-8</p> <p>FISCAL TITULAR: Monica Vanessa P. De Araujo Carvalho, Coordenadora Administrativa - 56.001-7</p> <p>FISCAL SUPLENTE: Isley Keity M. Cavalcanti, Gerente Financeira - 55.999-8</p>

§ 2º - O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo I do Decreto nº 075, de 29 de setembro de 2023. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Adjudicatária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 117, da Lei nº 14 1333 de 2021.

§ 3º - As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais do Contrato se encontram, pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 18 do Decreto nº 075, de 29 de setembro de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

§ 4º - Para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, os Gestores e Fiscais deverão registrar todas as ocorrências relacionadas à execução, adotando as medidas necessárias para a regularização de falhas ou defeitos observados.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser extinto:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. Consensualmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

12.2. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de extinção administrativa prevista no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. indenizações e multas

12.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DESPESAS DO CONTRATO

§ 1. Constituirá encargo exclusivo da contratada o pagamento de tributos, tarifas e despesas decorrentes da execução do objeto deste Contrato.

§ 2. Serão da contratada todas as despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do Contrato, conforme preconizado no art. 121, da Lei Federal nº 14.133/2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

14.1. Para assinatura deste contrato, a contratada deverá efetuar o pagamento da taxa de serviços administrativos, instituída pelo Código Tributário Municipal, no valor de **R\$ 3,99 (três reais, noventa e nove centavos)**, nos moldes da tabela a seguir:

CONTRATOS COM O MUNICÍPIO (EMIÇÃO, RENOVÇÃO E/OU ADITIVOS)	TAXA CORRESPONDENTE
Até R\$ 2.000,00	UFM s 20
De R\$ 2.000,01 até 5.000,00	UFM s 30
De R\$ 5.000,01 até 10.000,00	UFM s 50
De R\$ 10.000,01 até 20.000,00	UFM s 100
De R\$ 20.000,01 até 50.000,00	UFM s 200
De R\$ 50.000,01 até 100.000,00	UFM s 300
A partir de R\$ 100.000,00	UFM s 500

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS TOLERÂNCIAS

16.1. Quaisquer tolerâncias entre as partes, observando-se a razoabilidade e o interesse público, não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste instrumento.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO

§ 1. É eleito o Foro da Comarca de Caruaru, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021

§ 2. E, por estarem justos, e acordados, firmam o presente Contrato em uma única via, disponível para acesso através da plataforma caruaru.1doc.com.br

Caruaru (PE), data da assinatura eletrônica.

MUNICÍPIO DE CARUARU/PE
SECRETARIA DE _____

– Secretária
Contratante

(inserir razão social da empresa)
(inserir representante legal da empresa)
Contratada

ANEXO I DO CONTRATO**LOCAIS DE ENTREGA****1. Local e Periodicidade de entrega (SECRETARIA DE SAÚDE):**

Os itens deverão ser entregues no Almoxarifado Central da SMS, situado na Rua Paulo Afonso, nº 74, Galpão 03, Bairro São Francisco, Caruaru/PE, CEP 55008-560.

A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário das 08h às 12h e das 13h às 16h, mediante prévio agendamento, que poderá ser realizado por meio dos telefones (81) 3101-0222 e/ou (81) 3101-0224.

A periodicidade das entregas será definida a partir da consolidação das demandas por setor, realizada semestralmente pela Gerência Geral de Atenção Especializada, observados os quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2. Local e Periodicidade de entrega (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO):

Os materiais deverão ser entregues no endereço indicado pela Secretaria de Educação e Esportes, situado na Rua Barão de Porto Seguro, nº 180, Bairro Maurício de Nassau, Caruaru/PE, ou em outro local previamente informado pela Contratante, mediante emissão da respectiva autorização de fornecimento.

As entregas ocorrerão de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria e de acordo com as demandas das unidades escolares da rede municipal de ensino, observando-se a emissão prévia das respectivas ordens de fornecimento.

Para fins de planejamento operacional, estima-se a seguinte periodicidade média de reposição:

- a) itens de higiene e materiais de consumo: reposição média mensal;
- b) itens têxteis e de enxoval: reposição média entre 6 (seis) e 12 (doze) meses;
- c) itens estruturais e utensílios duráveis: reposição conforme desgaste, avaria ou necessidade de substituição.

A periodicidade indicada possui caráter estimativo, podendo sofrer alterações em razão da dinâmica operacional das unidades escolares, da ampliação da rede municipal de ensino e das necessidades administrativas da Secretaria.

5.2 Local e Periodicidade de entrega (SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME):

A periodicidade das entregas ocorrerá conforme a demanda dos equipamentos socioassistenciais atendidos.

As entregas deverão ser realizadas na Praça Pedro de Souza, Bairro Nossa Senhora das Dores, Caruaru/PE, CEP 55002-110, ou em outro local previamente indicado pela Secretaria demandante, quando necessário, mediante comunicação formal.